DITADURA A SAGA DE UMA MULHER PARA PROVAR QUE É FILHA DE ANTÔNIO TEODORO DE CASTRO, GUERRILHEIRO DO ARAGUAIA DESAPARECIDO EM 1973

AMAZÔNIA A INFILTRAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO ACELERA A DESTRUIÇÃO DA FLORESTA, TAMBÉM AFETADA POR UMA NOVA ESTIAGEM RECORDE

CartaCapital

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1322
R$ 31,90
7 DE AGOSTO DE 2024
basset editora

E AGORA, MADURO?

A FALTA DE TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL COLOCA A VENEZUELA EM PÉ DE GUERRA

CartaCapital

7 DE AGOSTO DE 2024 • ANO XXX • Nº 1322

Lia Cecília ainda luta para certificar a paternidade de Antônio Teodoro de Castro, assassinado pela ditadura. Pág. 30

Capa: Pilar Velloso.
Foto: Yuri Cortez/AFP

POLÍCIA FEDERAL/PA E KAREN EPPINGHAUS

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

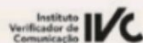
PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Italo Sasso
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

DE OLHOS ABERTOS

Nenhum presidente dos EUA foi bonzinho com o Brasil. Mas entre a promotora pública e o *promoter* televisivo, devemos torcer pela primeira, sem dúvida. O que não nos garante vantagens, em todo caso.
César Augusto Hulsendeger

Se der Trump, eu acho que ele não fica quatro anos desta vez. O governo dele tem tudo para ser um desastre no seu próprio país.
Luan Claro

OLIGARQUIA TECH

Os donos das redes sociais são os donos do mundo (virtual?). Diz um ditado: "O rei reina em seu país, mas é a rainha que reina na cabeça do rei". Enquanto os "reis" de direita, esquerda, extrema-direita e extrema-esquerda digladiam entre si pelo poder, as redes sociais (rainhas) "servem" aos interesses dos reis. Esse "servir" tem o Cavalo de Troia como seu ancestral.
Williams Costa Cantanhede

ÀS FAVAS O PLANETA

O agronegócio é o setor mais reacionário e letal à natureza que existe, além de ser um grande engodo. Envenena a terra, ameaça as comunidades indígenas, sabota a agricultura familiar que o MST promove e alimenta boa parte do País. Eles só pensam em exportar e se enriquecer. O governo Lula deveria rever os subsídios ao setor.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos

URNAS EM FÚRIA

Muito importante o esclarecimento de Gilberto Maringoni sobre a fala de Maduro: em nenhum momento teria sido dito que haveria um banho de sangue caso este perdesse a eleição. O que foi dito é que, se a direita fascista chegasse ao poder enganando a população, poderia haver um banho de sangue, repetindo o ocorrido em diversos países da América Latina, quando os derrotados foram violentamente perseguidos e reprimidos.
Cláudio Toledo

MUITO EM JOGO

Desde a chapa Serra-Kassab, todas as gestões têm usado a prefeitura como mero trampolim político-partidário, usando a máquina pública apenas para projetar novos nomes em nível nacional e sem qualquer compromisso com as questões locais. O resultado disso é uma cidade abandonada e atrasada no tempo, enfeitada por muita tinta branca em guias de calçadas e recapeamentos asfálticos a toque de caixa nos logradouros mais visíveis, entupida de falsas obras que infernizam o trânsito para nos vender feitos mentirosos, além de discursos hipócritas e muita publicidade mentirosa.
Santiago Wessner

ROMPENDO CERCAS, AGORA NA POLÍTICA

Os sem-terra estão certos. Têm de lançar também candidaturas para o Congresso Nacional, criar a bancada da reforma agrária. Os movimentos da população negra e LGBT, por sinal, podem formar suas próprias bancadas.
Pedro Julião

Se tem a bancada BBB, da Bala, do Boi e da Bíblia, vamos investir na bancada do respeito e do alimento.
Simone Farias

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Abolição inconclusa

O Ministério da Justiça divulgou, na terça-feira 30, o "Relatório Nacional Sobre Tráfico de Pessoas", com dados de 2021 a 2023. O documento aponta que 8.415 pessoas foram resgatadas de condições análogas à escravidão. Destas, 6.754 eram negras (pretas e pardas), 80% do total, enquanto 1.497 eram brancas (18%) e 148 indígenas (2%). Na ocasião, o ministro Ricardo Lewandowski anunciou o lançamento do novo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a prever cinco eixos de atuação: ações preventivas, proteção e assistência às vítimas, repressão e responsabilização dos infratores, estruturação de políticas públicas e coordenação e parcerias.

Rio de Janeiro/ A maldição do Guanabara

PF indicia Cláudio Castro sob suspeita de corrupção

O governador nega qualquer ilegalidade

A Polícia Federal indiciou o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), pelos crimes de corrupção e peculato. Sob sigilo, o inquérito apura desvios de recursos públicos em projetos de assistência social entre 2017 e 2020, quando ele era vereador e, depois, vice de Wilson Witzel. As investigações foram autorizadas pelo Superior Tribunal de Justiça e continuam em andamento. Caberá à Procuradoria-Geral da República decidir se aceita o indiciamento e formaliza uma denúncia contra Castro.

Em delações premiadas, o empresário Marcus Vinícius Azevedo da Silva, ex-assessor de Castro, e Bruno Selem, funcionário da Servlog, uma das empresas envolvidas no esquema, acusam o governador de receber propinas de empresários ligados a projetos sociais. Em uma das ocasiões, ressaltou Silva, o hoje governador teria recebido 20 mil dólares durante uma viagem aos parques da Disney, nos EUA, "em 2018 ou 2019".

Por meio de nota, o governador nega qualquer ilegalidade. "As informações que sustentam a investigação são infundadas e a defesa reitera que tudo se resume a uma delação criminosa, de um réu confesso, em documentos que estão sob segredo de Justiça e continuam a ser vazados", afirmou Castro, ora amaldiçoado pela mística do Palácio Guanabara, com sua extensa lista de governadores enredados em escândalos de corrupção.

O evangélico atacou as religiões afro-brasileiras durante um culto

Intolerância/ DISCURSO DE ÓDIO

MPF COBRA 100 MIL REAIS DE PASTOR POR ATOS DE RACISMO RELIGIOSO

O Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra um pastor evangélico acusado de disseminar discurso discriminatório contra religiões de matriz africana. Na ação, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro pede uma indenização de 100 mil reais.

De acordo com representação formulada pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Estado do Rio de Janeiro, o pastor atacou o evento "Águas de Axé", realizado anualmente na cidade de Mangaratiba. "Em um culto assistido por dezenas de fiéis e publicado na internet para um número incalculável de pessoas, o autor das ofensas proferiu discurso que discrimina, deprecia, humilha, estigmatiza e demoniza", diz a nota do MPF.

No vídeo, o líder religioso convoca seus fiéis para uma espécie de "guerra espiritual", a fim de que a Praia de Jacareí não se transformasse em "lama", como teria se tornado a Praia de Sepetiba, após a colocação de uma escultura de Iemanjá no local. A ação também pede uma apuração criminal com base no artigo 20 da Lei nº 7.716/1989, a prever pena de reclusão de um a três anos a quem "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional".

Letalidade policial/ **Rastro de sangue**

Número de mortos pela PM paulista quase dobra no primeiro semestre

As mortes decorrentes de intervenção policial no estado de São Paulo quase dobraram no primeiro semestre deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. O número de suspeitos abatidos em supostos confrontos com a Polícia Militar passou de 155 para 301, alta de 94%, segundo a Secretaria de Segurança Pública.

No primeiro trimestre, a letalidade policial já havia disparado. Foram 179 óbitos registrados nos primeiros três meses de 2024, ante 75 no mesmo período de 2023. A alta foi puxada, sobretudo, pela Operação Verão na Baixada Santista, que resultou na morte de 56 suspeitos entre 2 de fevereiro e 1º de abril. A ação foi desencadeada após o assassinato de Samuel Wesley Cosmo, um soldado da Rota, a violenta tropa de elite da polícia paulista.

A Secretaria de Segurança Pública diz que as mortes "são consequência direta da reação violenta dos criminosos" e que as polícias e a Corregedoria não "toleram excessos ou desvios de conduta" na atividade policial. O governador Tarcísio de Freitas passa, porém, uma mensagem de leniência com a matança. Em março, ao ser questionado sobre uma denúncia apresentada por entidades de direitos humanos às Nações Unidas, a apontar indícios de execução e tortura na Operação Verão, Tarcísio debochou: "Pode ir à ONU, à Liga da Justiça, ao raio que o parta, que não estou nem aí".

O governo estadual responsabiliza os criminosos pela matança

Assédio fardado

O Ministério da Defesa exonerou dois servidores militares, após eles serem alvo de uma denúncia de abuso sexual. O episódio teria ocorrido durante uma viagem oficial a Manaus, realizada de 15 a 19 de julho. Após um jantar com autoridades locais, Ubiratan Poty, então diretor do Programa Calha Norte, e Armindo Nunes de Medeiros Júnior, coordenador de engenharia no mesmo projeto, teriam tocado nas partes íntimas de uma mulher, que atuava como funcionária no local, revelou o portal Metrópoles. As exonerações foram publicadas no *Diário Oficial da União* da segunda-feira 29.

Sociedade/ **FÚRIA SOBRE RODAS**

EMPRESÁRIO ATROPELA E MATA MOTOCICLISTA COM PORSCHE EM SÃO PAULO

Na terça-feira 30, a Justiça decretou a prisão preventiva de Igor Sauceda, que atropelou e matou um motociclista em São Paulo com seu Porsche. Entregador de aplicativo, Pedro Kaique Figueiredo, de 21 anos, chegou a ser socorrido e levado para um hospital após a batida, mas não resistiu aos ferimentos. O caso inicialmente foi registrado como homicídio culposo, quando não há intenção de matar, mas, depois, foi convertido em homicídio doloso.

Figueiredo havia quebrado o retrovisor do carro de Sauceda momentos antes da colisão. A família da vítima e o delegado responsável pelo caso estão convencidos de que o empresário provocou o acidente de forma intencional. Já o advogado de defesa, Carlos Bobadilla, alega que seu cliente foi atrás do motociclista buzinando, com o objetivo de forçar uma parada para averiguar o prejuízo causado. "O *motoboy* fez uma curva e houve a colisão, o meu cliente tentou desviar. Iremos comprovar isso com a perícia."

Segundo o jornal *O Globo*, Sauceda já usou seu Porsche para perseguir e ameaçar a família de um antigo sócio no Beco do Espeto, bar localizado no Itaim Bibi. O empresário também teria recebido 5.250 reais de auxílio emergencial de 2020 a 2021, de acordo com dados do Portal da Transparência.

O carro foi usado como arma para praticar o crime, avalia delegado

REDES SOCIAIS, PMSP/GOVSP, TÂNIA RÊGO/ABR E ISTOCKPHOTO

Em águas turvas

Uma das principais promessas de legado olímpico em Paris tornou-se uma dor de cabeça para os organizadores dos Jogos. Os franceses investiram 1,4 bilhão de euros para despoluir o Rio Sena, que voltaria a ter condição para banho após mais de cem anos. Não é isso que tem ocorrido, porém, na maior parte do tempo. Após a realização de testes nas águas, a prova de Triatlo, que deveria ser realizada na terça-feira 30, precisou ser adiada. Caso o icônico rio não esteja próprio para banho até 2 de agosto, é possível que a disputa seja realizada sem natação, apenas com corrida e ciclismo.

Paris 2024/ **Histeria olímpica**

Performance na abertura dos jogos atiça o fundamentalismo cristão

Uma performance com *drag queens* na cerimônia de abertura das Olimpíadas despertou a fúria dos fundamentalistas cristãos. Muitos acreditaram tratar-se de uma paródia da Santa Ceia, tal como foi retratada por Leonardo da Vinci. A Conferência de Bispos da Igreja Católica Francesa apressou-se a criticar as "cenas de zombaria" contra o cristianismo. Líder da extrema-direita francesa, Marion Marechal manifestou repúdio nas redes sociais: "Saibam que não é a França que está falando, mas uma minoria de esquerda pronta para qualquer provocação". Vice-*premier* da Itália, Matteo Salvini emendou: "Abrir os Jogos Olímpicos insultando milhares de milhões de cristãos no mundo foi realmente um péssimo começo, amigos franceses". Com seu habitual oportunismo, o bilionário Elon Musk, dono da X, classificou a apresentação como "extremamente desrespeitosa". No Brasil, os bolsonaristas não tardaram a se unir à cruzada retórica.

Diante da repercussão negativa, os organizadores das Olimpíadas esboçaram um pedido de desculpa. "Se alguém se sentiu ofendido, é claro que lamentamos muito", disse Anne Descamps, porta-voz da Paris 2024. Já o presidente francês, Emmanuel Macron, deu de ombros para os descontentes: "*This is France!*", escreveu nas redes sociais. Quem pagou caro pela "blasfêmia" foram os artistas que participaram da apresentação. A DJ Barbara Butch, protagonista da performance, apresentou uma queixa às autoridades após ser vítima de *cyberbullying*. Os cristãos indignados a ameaçaram de "morte, tortura e estupro", além de proferirem "numerosos insultos de caráter antissemita, homofóbico, sexista e gordofóbico", denunciou sua advogada, Audrey Msellati.

Os fervorosos fiéis não notaram, porém, algumas discrepâncias na "paródia". Em vez dos 12 apóstolos, havia 18 artistas em cena. Ao som de música eletrônica, homens, mulheres e *drag queens* desfilaram sobre a mesa. Para encerrar a apresentação, o cantor e ator Phillippe Katarine surgiu sobre um prato pintado de azul e vestido de Dionísio, o deus da festividade na mitologia grega. Segundo Thomas Jolly, diretor artístico da cerimônia de abertura das Olimpíadas, a tela *A Última Ceia*, de Da Vinci, não serviu de inspiração para a performance. "A ideia era fazer um grande festival pagão ligado aos deuses do Olimpo." A referência exata teria sido *Festa dos Deuses*, quadro pintado por Jan Harmensz van Bijlert entre 1635 e 1640, a retratar justamente... uma grande celebração em torno de Dionísio. *Voilà!*

Oriente Médio/ Paz sepultada

Assassinato de líder do Hamas ameaça desencadear uma guerra regional

O conflito israelo-palestino nunca esteve tão perto de escalar para uma guerra regional no Oriente Médio. Em retaliação a um ataque com foguetes nas Colinas de Golã, que provocou a morte de 12 civis, Israel anunciou ter matado o comandante operacional do Hezbollah, Fuad Shukr, em Beirute. Na madrugada do dia seguinte, o líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, foi assassinado em Teerã. À mídia estatal do Irã, o líder Ali Khamenei responsabilizou o *premier* israelense, Benjamin Netanyahu, pelo ataque aéreo em território iraniano e prometeu uma "dura punição".

O Irã não está sozinho no repúdio ao ataque. Vice-ministro russo de Assuntos Exteriores, Mikhail Bogdanov enfatizou que o assassinato de Haniyeh é "totalmente inaceitável" e "provocará uma nova escalada de tensões". A chancelaria turca acrescentou que o ataque em Teerã pode "estender a guerra em Gaza para uma dimensão regional". A China também repudiou o incidente e manifestou preocupação com a segurança da região.

Até mesmo aliados de Tel-Aviv criticaram a ação. Em comunicado, o governo do Egito disse que o assassinato de Hanyieh "indica a falta de vontade política de Israel para frear os conflitos regionais". Já o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, apressou-se a esclarecer que Washington não participou da execução do ataque: "Isso é algo sobre o qual não havíamos sido informados e no qual não estamos envolvidos".

Após a morte de um general iraniano em um ataque aéreo no Líbano, convém lembrar, Teerã retaliou com uma chuva de mísseis em Israel. A grande maioria dos projéteis foi interceptada pelas forças israelenses, mas alguns atingiram uma base militar no Deserto de Negev. O Irã deu-se por satisfeito e Netanyahu foi convencido por aliados a não revidar.

Haniyeh era visto como um negociador pragmático

GOVERNO DA RÚSSIA E REDES SOCIAIS/PARIS 2024

Haniyeh morava em Doha, no Catar, mas transitava pela região e tinha boa interlocução com Ancara e Moscou. Pragmático, era uma peça-chave nas negociações de paz entre o Hamas e Israel, mas este não parece ser o objetivo de Netanyahu, como a própria população israelense começa a perceber. Em pesquisa divulgada pelo Canal 12 no início de julho, 54% dos entrevistados avaliam que a campanha militar em Gaza se estende por questões políticas e 68% classificaram como ruim a gestão do conflito pelo *premier*. Dois terços não acreditam em "vitória total" sobre o Hamas.

Limites à Suprema Corte

O presidente Joe Biden apresentou, na segunda-feira 29, uma proposta para reformar a Suprema Corte dos EUA. A medida inclui o fim do mandato vitalício dos juízes, a introdução de um código de conduta obrigatório e uma emenda constitucional para acabar com a imunidade de ex-presidentes por crimes cometidos no exercício do mandato. De maioria conservadora, o tribunal reconheceu, no início de julho, que Donald Trump não poderia ser responsabilizado por "atos oficiais", como chefe de Estado. O entendimento foi firmado na análise de recursos do republicano no processo em que é acusado de pressionar autoridades estaduais para manipular o resultado da eleição de 2020, na qual foi derrotado nas urnas.

O LABIRINTO DE MADURO

O PRESIDENTE DA VENEZUELA RESISTE EM ATENDER AOS APELOS POR TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

por SERGIO LIRIO

Duas semanas atrás, uma frase retirada de contexto gerou um atrito entre Nicolás Maduro e Lula. Agora, a declaração ganha ares de presságio. "Se não quiserem que a Venezuela caia em um banho de sangue, em uma guerra civil fratricida, produto dos fascistas, garantamos o maior êxito, a maior vitória da história eleitoral do nosso povo", pediu Maduro, em linhas gerais, durante um comício na periferia de Caracas, 11 dias antes das eleições. Os venezuelanos não deram ao atual presidente uma vitória esmagadora. Longe disso. Em um processo confuso, opaco, contestado pela oposição e posto sob suspeita pela comunidade internacional, Maduro foi declarado vencedor na madrugada da segunda-feira 29 com pouco mais de 51% dos votos, após um alegado apagão do sistema eleitoral, fruto de ataque *hacker*, segundo o governo, e quando ainda faltavam 20% das urnas a serem contabilizadas. Principal adversário, o ex-embaixador Edmundo González obteve, de acordo com o Conselho Nacional Eleitoral, 44%, e o restante foi distribuído entre os candidatos nanicos. Na terça-feira 30, sem apresentar os mapas de votação solicitados por opositores, observadores independentes e aliados "reticentes" como o Brasil, a Colômbia e o México, e sem maiores explicações, Maduro foi diplomado presidente. Cumprirá a partir de janeiro, caso a situação interna não fuja do controle e o deixe em uma posição insustentável, um terceiro mandato de seis anos. Em 2030, na hipótese de se dar por satisfeito, terá completado 17 anos no comando da Venezuela.

As próximas horas serão decisivas. O "banho de sangue" passou de retórica de campanha a probabilidade nada desprezível. As desconfianças em relação à lisura da eleição, reforçadas pelo afã na diplomação, alimentam as fantasias e teorias da conspiração, de um lado e de outro. González e sua mentora, Maria Corina Machado, alegam ter provas da vitória esmagadora da oposição, com cerca de 70% dos votos. Circulam apurações "independentes" tão "confiáveis" quanto os números oficiais. Manifestantes insatisfeitos com o resultado enfrentam, desde a segunda-feira 29, as forças policiais nas ruas de Caracas e de outras cidades importantes. Cenas da derrubada de estátuas de Hugo Chávez país afora correm o mundo e inspiram comparações com a "Primavera Árabe" ou a derrocada dos regimes comunistas no século passado. Em resposta, Maduro convocou os apoiadores a ocupar as *calles* em defesa do governo, enquanto as forças policiais intensificavam a repressão a quem contesta os resultados. Cidadãos estrangeiros foram instruídos pelas respectivas embaixadas a não sair de casa e companhias aéreas cancelaram os voos para Caracas. Como costuma acontecer em momentos de instabilidade aguda, anda difícil identificar os restos da verdade factual nos escombros da manipulação. Os relatos sobre o número de mortos nos confrontos são imprecisos: foram sete, quatro, onze, dezesseis? Trata-se, conforme a oposição, de um movimento popular espontâneo ou, como sugere o procurador-geral, o chavista Tarek William Saab, de uma manobra orquestrada e financiada para desestabilizar Maduro e "tentar banhar o país de sangue"?

A DIPLOMAÇÃO MENOS DE 48 HORAS APÓS O ANÚNCIO DO RESULTADO OFICIAL FEZ CRESCER A DESCONFIANÇA

Infelizmente, o presidente venezuelano tem feito bem menos do que o necessário, ou praticamente nada, para elucidar as dúvidas em relação ao processo eleitoral e apaziguar os ânimos. Ao contrário, Maduro optou pelo choque. Na terça 30, em meio à agitação popular, o mandatário fez três pronunciamentos. "O fascismo não passará, não chegará, não retornará", garantiu na tevê. Mais tarde, diante de milhares de chavistas nas imediações do Palácio Miraflores, sede do governo, prometeu reagir aos protestos.

A polícia reprime com violência os protestos contra o resultado das eleições

FEDERICO PARRA/AFP E YURI CORTEZ/AFP

"Responsabilizo González Urrutia por tudo o que está acontecendo. Chegou a hora da justiça." No dia seguinte, em entrevista a correspondentes estrangeiros, foi mais incisivo. "Se você pergunta a minha opinião como cidadão, digo a você que essa gente (Corina Machado e González) tem de estar atrás das grades (...) Te diria como chefe de Estado que haja justiça e que eles deveriam, em vez de se esconder, apresentar-se ao Ministério Público e dar a cara a tapa". Na sequência, pediu à Corte Suprema do país o reconhecimento do resultado eleitoral.

Maduro confia na Justiça, escolhida a dedo por ele. E tem a seu favor o mais sólido suporte que uma das partes poderia desejar em um momento de ruptura. Em meio aos confrontos, as forças armadas e policiais reafirmaram a lealdade irrestrita ao presidente. "Estamos simplesmente na presença de um golpe de Estado novamente inventado por fascistas da direita extremista, apoiados por agentes imperialistas, os americanos e seus lacaios", declarou Vladimir Padrino López, ministro da Defesa, circundado pelos comandantes militares. Embora os eleitores chavistas tenham atendido ao chamado e inundado as ruas em defesa do presidente, a longevidade de Maduro deve-se mais ao apoio das casernas do que à mobilização popular.

A escalada da tensão interna complica os esforços internacionais de mediação. Na terça-feira 30, Lula e o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, trataram por telefone das eleições venezuelanas. Os dois concordaram com a necessidade de uma rápida divulgação dos mapas de votação. Pela manhã, antes da conversa com o homólogo norte-americano, o petista, em entrevista a uma afiliada da Rede Globo em Mato Grosso, manteve a cautela adotada pela diplomacia brasileira. "Tem uma briga, como vai resolver essa briga?", perguntou. "Apresenta a ata. Se a ata tiver dúvida entre oposição e situação, a oposição entra com recurso e vai esperar na Justiça. Aí vai ter a decisão, que a gente tem de acatar. Eu estou convencido de que é um processo normal, tranquilo." As linhas finais da declaração de Lula, sobre a normalidade das eleições, parecem influenciadas pelas informações colhidas *in loco* por Celso Amorim, assessor especial para Assuntos Internacionais. O ex-chanceler passou quatro dias em Caracas, acompanhou a reta final da campa-

Chavistas também saem às ruas. As forças armadas declaram lealdade a Maduro. González e Machado reivindicam a vitória

JUAN BARRETO/AFP, FEDERICO PARRA/AFP, AFP E YURI CORTEZ/AFP

nha e o dia de votação e obteve de Maduro e de outras autoridades a promessa de que os boletins serão divulgados em breve. Amorim também se reuniu com González antes de retornar ao Brasil, na tarde da terça-feira 30. Voltou para casa cheio de dúvidas. Ainda em solo venezuelano, resumiu desta forma o imbróglio: "Sou amigo de César, mas sou amigo da verdade. Estou procurando a verdade".

Tarefa complexa, talvez inglória. Pedro Silva Barros, ex-chefe do escritório em Caracas do Ipea, vinculado ao Ministério do Planejamento, acredita que a demora do governo Lula em recompor a missão diplomática na Venezuela, após o rompimento promovido por Jair Bolsonaro, deixou o Brasil desprovido de informações seguras e à mercê dos boatos e da avaliação de terceiros. A atual embaixadora no país, Gilvânia Maria de Oliveira, só entregou as credenciais ao Ministério das Relações Exteriores venezuelano em fevereiro passado e a estrutura de inteligência da embaixada não foi totalmente remontada. Apesar disso, ou até por isso, Barros considera acertada a posição cautelosa de Brasília e critica quem defende uma ruptura com o vizinho para evitar o desgaste da imagem de Lula entre os brasileiros. "Qualquer país do nosso tamanho não pode submeter a política externa exclusivamente aos ditames da política interna. A nós não interessa um Maduro autoritário nem uma guerra civil. Interessa a mediação."

Interessa também descobrir qual a mediação possível a esta altura. O Brasil insiste na divulgação dos boletins eleitorais, mas, passadas tantas horas, é o caso de perguntar se a simples liberação das atas será suficiente para eliminar as suspeitas de fraudes ou se produzirá o efeito contrário, colocar mais lenha na fogueira. O fato de Maduro ter vencido, segundo o CNE, não prova, como quer fazer crer a oposição, certos organismos internacionais e parte da mídia, a ilegalidade do processo. Ao mesmo tempo, o grau de contestação dos resultados, dentro e fora do país, não confirmam, como insistem os chavistas, a existência de um conluio para derrubar o governo a todo custo e de forma ilegítima. Em 2018, quando disputou o segundo mandato, Maduro superou as desconfianças e tomou posse ao permitir maior presença de observadores externos e garantir a transparência da apuração. Sua vitória confortável, 67,85%, limitou a controvérsia às hostes oposicionistas, dividida sobre a melhor estratégia de enfrentamento ao chavismo, se por meio do boicote ou de participação no processo.

O BRASIL E OUTROS ALIADOS CONTINUAM A COBRAR A DIVULGAÇÃO COMPLETA DAS ATAS ELEITORAIS. A ESTA ALTURA, BASTA PARA APAZIGUAR OS ÂNIMOS?

As experiências anteriores valeram, porém, muito pouco, bem como a expectativa criada pela assinatura dos Acordos de Barbados, mediados pela Noruega, em outubro passado. Os acordos nasceram de circunstâncias bem específicas. A guerra na Ucrânia obrigou os Estados Unidos a buscarem alternativas ao fornecimento de petróleo e gás. A melhor, se não a única, opção era recorrer ao "vilão" Maduro, sentado na maior reserva de óleo do planeta. Havia, porém, um empecilho, o embargo econômico à Venezuela imposto por Washington em apoio à patética tentativa de golpe de Juan Guaidó. O autoproclamado presidente não resistiu ao tempo e ao ridículo, mas os embargos continuaram de pé. Até outubro. Os EUA aceitaram derrubar parte do bloqueio financeiro em troca de um acordo entre o governo e a oposição que garantisse eleições "livres e justas". Estabeleceu-se o calendário, o segundo semestre deste ano, e a lista mínima de observadores internacionais, formada pela União Europeia, o Centro Carter e a Organização das Nações Unidas.

O jogo foi zerado, certo? Mais ou menos. Em dezembro, dois meses após o sim em Barbados, o CNE cancelou o convite à UE. Segundo o governo da Venezuela, a decisão do Parlamento Europeu de es-

tender os embargos ao país até 10 de janeiro de 2025, data da posse do presidente eleito, tinha o objetivo de interferir no processo eleitoral em favor da oposição.

Em janeiro, Maduro declarou que os acordos estavam "feridos de morte, em terapia intensiva, apunhalados, chutados", em consequência de uma suposta conspiração da CIA e da DEA para assassiná-lo. A declaração foi a senha para o órgão eleitoral venezuelano testar os limites do arranjo. A oposição passou a denunciar dificuldades em registrar candidaturas, perseguições e prisões, embora as denúncias tenham sido conspurcadas por uma farsa. Convertida em principal opositora por *W.O.* dos concorrentes, Maria Corina Machado, ligada à extrema-direita europeia e latino-americana, estava ciente da sua inelegibilidade ao tentar o registro da candidatura presidencial. Queria produzir um factoide e conseguiu. A indicação de uma substituta, a filósofa Corina Yoris, igualmente barrada pelo CNE, rendeu uma das primeiras rusgas entre Maduro e Lula. Yoris foi proibida de disputar por motivos triviais, nem ela nem o movimento que integrava, o Vente Venezuela, tinham registro para participar da disputa. Mais uma vez, a oposição denunciou o cerceamento aos seus direitos políticos e mais uma vez o presidente brasileiro reagiu ao noticiário. "Primeiro, é boa a decisão de a candidata proibida pela Justiça indicar uma sucessora. Achei um passo importante", afirmou Lula. "Agora, é grave que a sucessora não possa ter sido registrada. Ela não foi proibida pela Justiça. Me parece que ela se dirigiu até o lugar, tentou usar o computador e não conseguiu entrar."

A economia melhorou, mas a comparação é com uma base deprimida por uma década de queda vertiginosa do PIB que aprofundou a miséria e a migração. Maduro arrumou um conflito com a Guiana

Semanas depois de assinar o acordo e à procura de uma bandeira de união nacional, Maduro ressuscitou uma contenda esquecida, do século XIX, com a Guiana. A Venezuela reivindica a posse de Essequibo, uma porção do território guianense do tamanho aproximado do Ceará e rico em petróleo. A postulação extemporânea criou um novo polo de conflito na América do Sul, levou os Estados Unidos, cujas petroleiras atuam na região, a mobilizar tropas no local e atraiu o Brasil, que faz fronteira com os dois países, para o centro de uma polêmica desnecessária. A Corte Internacional de Justiça aconselhou o governo venezuelano a não prosseguir com um plebiscito, mas a recomendação acabou ignorada. Mais de 95% dos venezuelanos que compareceram às urnas votaram a favor da anexação. O efeito prático é zero, mas a reivindicação serviu à campanha eleitoral. "Trata-se de um referendo histórico que colocou a Venezuela de pé e agora é hora de recuperar o que os libertadores nos deixaram", comemorou Maduro.

O presidente venezuelano também testou os limites do acordo ao agendar as eleições para o fim do primeiro mês do segundo semestre, a mais de 150 dias da posse. Maduro, tudo leva a crer, queria aproveitar o melhor momento dos indicadores socioeconômicos do ano para conquistar o eleitorado indeciso. A dolarização da economia, que às vezes produz milagres no curto prazo e sempre tragédias no longo, associada à redução dos embargos dos Estados Unidos, deu impulso ao PIB. Desde o fim da pandemia de Covid-19, a Venezuela registra um crescimento médio de 5% ao ano. A inflação está sob controle, os produtos básicos, antes escassos, voltaram às gôndolas dos supermercados e há uma recuperação da renda do trabalho. A base de comparação é, porém, muito deprimida. An-

PRESIDÊNCIA DA BOLÍVIA, PRESIDÊNCIA DO CHILE, MARCELO CAMARGO/ABR E ZURIMAR CAMPOS/AFP

tes de recolocar o nariz um pouco acima da linha d'água, a economia venezuelana experimentou um longo mergulho. Em uma década, sob o comando de Maduro, o Produto Interno Bruto registrou uma queda brutal, de 62%, calculam especialistas. Quase 8 milhões de venezuelanos deixaram o país em busca de melhores condições de vida e para fugir da fome e da pobreza extrema. A dependência do setor petrolífero local ao mercado norte-americano tornou mais profundo e dramático o efeito do bloqueio imposto por Washington. A interferência dos EUA explica boa parte das dificuldades econômicas, mas não todas. O chavismo, mesmo nos melhores momentos, foi incapaz de cumprir a promessa de diversificação da economia. O país continua prisioneiro da maldição do petróleo, dependente das oscilações dos preços internacionais, e vítima da chamada "doença holandesa", situação peculiar na América Latina que levou Celso Furtado a cunhar a expressão "subdesenvolvimento com abundância de divisas". Some-se a isso a má gestão da PDVSA, a estatal de petróleo. China e Rússia se aproximaram da Venezuela no período mais violento do bloqueio ocidental, mas o aumento das relações comerciais ficou aquém das necessidades.

O PAÍS EXPERIMENTA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA, MAS A BASE DE COMPARAÇÃO É MUITO BAIXA. EM UMA DÉCADA, O PIB ENCOLHEU 62%

A pressão internacional continua. Na quarta-feira 31, depois de deixarem a Venezuela, os observadores do Centro Carter, um dos organismos internacionais chancelados pelos Acordos de Barbados, declararam que a eleição não pode ser "considerada democrática". Segundo os representantes da ONG sediada em Atlanta, na Geórgia, o processo "não atingiu os padrões internacionais de integridade eleitoral em nenhuma das suas fases relevantes e violou numerosos preceitos da própria legislação nacional". No mesmo dia, Gustavo Petro, presidente da Colômbia insuspeito de golpismo ou de aliança com a extrema-direita, expôs suas objeções ao sufrágio. "As sérias dúvidas que se estabelecem em torno do processo eleitoral venezuelano podem levar o seu povo a uma profunda polarização violenta, com graves consequências de divisão permanente de uma nação que soube se unir muitas vezes na sua história", escreveu na rede X. "Convido o governo venezuelano a permitir que as eleições terminem em paz, possibilitando um escrutínio transparente com contagem de votos, atas e supervisão por todas as forças políticas do seu país e supervisão internacional profissional." Petro sugeriu ainda um acordo entre o governo e a oposição em torno de uma declaração conjunta, extirpadas as dúvidas, a ser entregue ao Conselho de Segurança da ONU. Gabriel Boric, presidente do Chile, foi, de hábito, mais contundente. Negou-se a reconhecer a vitória de Maduro se os números não puderem ser verificados e pediu "total transparência" e a "confirmação por observadores internacionais". Até uma declaração de Pepe Mujica, de fevereiro, voltou a circular. Segundo o ex-mandatário do Uruguai e ícone da esquerda mundial, Maduro pode "ser chamado de ditador".

Lula tenta manter-se no papel de mediador. Boric e Petro são mais incisivos

Até o fechamento desta edição, na manhã da quinta-feira 1º, o presidente da Venezuela continuava mais preocupado em impor autoridade, em ganhar no grito, do que em esclarecer as dúvidas a respeito do processo eleitoral. Os protestos não param. Maduro permanece preso no labirinto no qual se meteu. Para muitos críticos, o país é hoje uma caricatura do "socialismo do século XXI" imaginado por Hugo Chávez, entregue a uma oligarquia distante do povo e subjugado por uma estrutura policial-militar. Quanto maior o isolamento, maior a probabilidade de se ceder à tentação autoritária. Neste último caso, uma outra caricatura, a do ditador sul-americano, se tornaria real. •

MEMÓRIAS LATINAS

DESCONFIADAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ELEIÇÕES VENEZUELANAS

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Diante das incertezas e ameaças que pairam sobre os resultados das eleições venezuelanas, ocorreu-me a ousadia de relembrar episódios da história latino-americana na era da globalização.

Estimei que o abusado exercício – juntar as pontas dos sucessos e fracassos latino-americanos – poderia esclarecer as controvérsias travadas em torno das proezas de Nicolás Maduro e seus oponentes.

A Venezuela era um "caso de sucesso" no início dos anos 90. Sucesso celebrado em coro pelas instituições multilaterais que gritavam alvíssaras, sempre entoadas nas vozes do FMI e do Banco Mundial.

O sucesso espetacular da Opep no aumento dos preços após 1973 mudou a lógica das relações entre as empresas e o governo venezuelano, culminando na nacionalização da indústria petrolífera em 1976. Isso foi seguido por outra rodada de aumentos de preços após a Revolução Iraniana de 1978. O enorme influxo de receitas gerado pelos aumentos de preços levou o presidente Carlos Andrés Pérez a tentar acelerar a modernização da Venezuela. Pérez veio ao Brasil, em 1993, com um séquito de empresários, para celebrar e difundir o sucesso de suas políticas.

Os preços do óleo haviam crescido novamente, por ocasião da Guerra do Golfo. O preço do barril Brent, que no início da Guerra do Golfo, em 2 de agosto de 1990, era cotado a 22,25 dólares, teve um aumento de em torno de 25% no fim daquele mês.

Já no mês seguinte, apresentava um aumento de 84,27%, chegando a ser cotado a 41 dólares.

São fortes os indícios de que essa circunstância favorável fez aumentar a "confiança" na Venezuela, atraindo os capitais que financiaram a habitual farra consumista da burguesia nativa e apaniguados. A farra consumista era despejada em Miami, onde os ricaços venezuelanos abasteciam (abastecem?) seus desejosos ímpetos.

NOSSO VIZINHO HÁ DÉCADAS SOFRE DA MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DEPENDE DAS IMPORTAÇÕES

A Venezuela há décadas sofre da maldição dos recursos naturais, padece as dores da doença holandesa, como prefere Luiz Carlos Bresser-Pereira. Nosso vizinho ficou pendurado nos ciclos de preços do petróleo, com baixa diversificação econômica e dependência absurda das importações de máquinas, equipamentos, bens de consumo duráveis e produtos agrícolas e de origem animal. A Venezuela importa ovos do Brasil, para felicidade de nossas galinhas.

Em meados dos anos 90, o programa de Pérez já havia começado a afundar, acompanhando a derrocada dos preços do petróleo. Daí para a frente, a Venezuela escorregou para o buraco da crise econômica e social permanente. O descontentamento popular derrubou Andrés Pérez, vítima das armadilhas embutidas na dependência do petróleo.

A alta do preço do petróleo encheu o caixa de Pérez, que prometia modernizar a Venezuela. O encanto se quebrou em um piscar de olhos

Na Argentina, Carlos Menem, responsável, em parceria com o ministro Domingo Cavallo, pelo bem-sucedido programa de combate à hiperinflação, foi reeleito em 1994, consagrado por ampla aprovação popular. Ganhou fácil, atropelando os adversários. Ainda comemorava, quando o desemprego começou a comer solto, chegando a maltratar cerca de 17% dos argentinos em idade de trabalhar. Enquanto o desemprego subia, o prestígio de Menem despencava. Depois da desvalorização brasileira de 1999, chegou ao fundo do poço.

Nesse momento, ninguém seria capaz de apostar um tostão furado na possibilidade de Fernando de la Rúa, o sucessor de Menem, promover a reabsorção dos desempregados, no âmbito da política de câmbio congelado e de repetidas doses de austeridade fiscal. As projeções indicavam que a economia deveria crescer pouco, após uma forte recessão.

No Peru, Alberto Fujimori, além do sucesso no combate ao terrorismo, empreendeu também um plano de estabilização com direito a âncora cambial. Comprou alguns anos de prosperidade. Logo em seguida sobrevieram os déficits na balança comercial, o crescimento lento, o desemprego e a queda dos salários. Apesar do "protagonismo" proporcionado pela invasão da casa do embaixador japonês, o que lhe valeu a gratidão dos americanos, Fujimori não conseguiu evitar o desgaste provocado pela crise social em um país com uma multidão de miseráveis. Tentou enfrentar o problema com medidas que destoavam das recomendações do Consenso de Washington. Reajustou o salário mínimo em 40% e prometeu botar dinheiro das privatizações nos programas sociais. Excomungado pelos sacerdotes da Nova Globalização, Fujimori lançou-se à segunda reeleição.

Assustados com a ascensão do "populista" Hugo Chávez na Venezuela, os americanos trataram de aviar uma solução democrática para o Peru. Para derrotar o "neopopulista" Fujimori apresentaram o economista Alejandro Toledo, um indígena de proveta, clonado nos laboratórios das grandes universidades americanas e cevado nas carreiras bem-sucedidas das chamadas instituições multilaterais com sede em Washington. Caixas de ressonância do bombardeio ideológico executado pela mídia "global", os "democratas" da América Latina entregaram-se à satanização de Chávez e de Fujimori, execrados como populistas, manipuladores e fraudadores de eleições.

As investidas do *establishment* do Norte e do Sul contra Hugo Chávez não deixam de ser curiosas: em seu primeiro mandato, foram incapazes de provar que violou a legalidade democrática para sanear o Judiciário e o Congresso. Passaram, então, a acusá-lo de usar os procedimentos da democracia para praticar o populismo. Daí surgiram os democratas "autênticos", sempre preocupados com a "irracionalidade" do voto popular.

É sabido que Fujimori não poupou recursos heterodoxos para vencer a sua primeira reeleição. Mas parece que, naquela ocasião, teria praticado as malfeitorias em defesa da civilização ocidental e cristã.

O jornalista americano William Pfaff escreveu que o regime vigente nos Estados Unidos é a plutocracia. Plutocracia, como sabem todos, é o governo dos ricos. Alexis de Tocqueville, autor do clássico *A Democracia na América* já havia descoberto, sob o manto da democracia construída pelos pequenos proprietários, a verdadeira natureza do poder real que iria governar os irmãos do Norte.

O jornalista Pfaff sugere que, na aurora do século XXI, a usurpação é total. O poder nos Estados Unidos continua sendo exercido pelos ricos. Mas agora, como nunca, ele é exercido para os ricos de todo o planeta. A grande proeza do ex-presidente Bill Clinton – além das façanhas perpetradas com a rechonchuda Monica Lewinsky – foi a construção da Internacional Capitalista, ou seja, a imposição dos interesses da alta finança americana em todo o mundo, com o aplauso e proveito dos endinheirados do planeta. •

A FARSA

O VENEZUELANO FAZ EM SEU PAÍS O QUE BOLSONARO DESEJAVA FAZER NO BRASIL

por ALDO FORNAZIERI*

As eleições venezuelanas são uma farsa do começo ao fim e caminham para uma tragédia, com vários mortos e feridos e centenas de presos. O regime cívico-militar policial, definição do próprio Nicolás Maduro a respeito de seu governo, primeiro perseguiu, prendeu e impediu opositores de concorrer. Depois, aceitou como candidato um ex-diplomata desconhecido, que nunca havia sido candidato a nada. Por fim, o Conselho Eleitoral Nacional, dominado por maduristas, proclamou a vitória do autocrata com 80% de votos apurados, apesar de a diferença entre Maduro e Edmundo González poder ser revertida nesses 20% restantes. Não apareceram atas e boletins de apuração. Caso apareçam vários dias depois da apuração, estarão sob suspeita de fraude.

Maduro faz o que Jair Bolsonaro queria fazer no Brasil. Lá, ele domina o Parlamento, a Suprema Corte e a Comissão Eleitoral Nacional. Aqui, Bolsonaro comprou o Parlamento com o orçamento secreto e investiu contra o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral. Queria dominá-los, com prisões e substituições de juízes. As ditaduras contemporâneas caracterizam-se pelo controle das Cortes Supremas, do Legislativo e dos processos eleitorais. Maduro, Nayib Bukele, Daniel Ortega e Bolsonaro são todos da mesma estirpe, adotam os mesmos métodos e professam os mesmos valores. Valores e métodos empregados pelos extremistas de direita.

Ortega traiu o sentido revolucionário do sandinismo. Perseguiu e expurgou seus ex-companheiros para instituir uma ditadura corrupta e persecutória. Maduro traiu o sentido revolucionário que existia na origem do chavismo. Substituiu o chavismo por um madurismo corrupto, persecutório, antidemocrático, sustentado por uma oligarquia civil-militar-policial que se apossa das rendas geradas pelo petróleo, empobrece o povo e gera fome e miséria.

O ATUAL PRESIDENTE TRAIU O SENTIDO REVOLUCIONÁRIO DO CHAVISMO

Um dos primeiros a denunciar a traição de Maduro foi o historiador e ex-guerrilheiro Toby Valderrama, a quem Hugo Chávez chamava de "velho camarada". Valderrama e seus companheiros acusaram o novo grupo de poder pós-Chávez de ter reconstituído "o pacto com a burguesia" e reconstruído o capitalismo das elites. Eles acusaram Maduro de falsificar o "Plano Pátria" original de Chávez. Todos os que advogaram os princípios originários do chavismo foram expurgados e perseguidos por Maduro.

Gustavo Márquez, ex-ministro do Comércio Exterior e ex-embaixador, denunciou várias vezes a falta de legitimidade de Maduro. Afirmou que Maduro e Juan Guaidó eram duas faces da mesma moeda. Maduro e os generais promoveram, segundo ele, a partilha do bolo do petróleo entre empresas norte-americanas, a China e a Rússia. Mostrou que esse regime oligárquico aprofunda o rentismo petroleiro e torna "mais barato importar do que produzir" ao estabelecer controles que destruíram a economia do país.

Os chavistas dissidentes afirmam que a proposta original de Chávez era humanista e que Maduro a destruiu, consolidando um sistema corrupto gerador de "miséria, fome, repressão, exílio e tragédia". De acordo com Héctor Navarro, titular de quatro ministérios no governo Chávez e amigo do ex-presidente, Maduro entregou o país nas mãos de interesses estrangeiros. Ou seja, o nacionalismo do atual presidente é falso e mofado. Navarro foi destituído do cargo quando Maduro assumiu. Ao denunciar a corrupção, foi expulso do partido. Com Maduro, afirmou, "a revolução fracassou" e levou junto a esquerda latino-americana. Advertência em boa medida verdadeira e não só completa por causa da lucidez de Pepe Mujica, de Gustavo Petro e de Gabriel Boric,

Maduro foi diplomado presidente na terça 30

FEDERICO PARRA/AFP

que sabem que a construção da justiça, da igualdade e do socialismo não pode ocorrer sem democracia e liberdade.

Com a fraude do processo eleitoral de ponta a ponta, o povo venezuelano protesta contra o regime oligárquico de Maduro. Os bairros mais ativos e que puxam os protestos são tradicionais redutos do chavismo, revoltados com a herança trágica promovida pelo regime corrupto e rentista que assalta as riquezas produzidas pelo petróleo. Em bairros como Caricuao, Catia Petare, La Veja e El Cementerio, os panelaços e as manifestações de rua foram recorrentes nos últimos dias. Os jovens que puxam os protestos afirmam que não são liderados nem por partidos nem pelos políticos da oposição. Dizem que a fraude eleitoral precisa ser interrompida e que Maduro precisa deixar o poder. Declaram-se cansados de ser maltratados. Esses moradores dos bairros chavistas dizem ainda que o governo roubou sua dignidade, que não têm sequer dinheiro para comprar comida para os filhos. "Olhe os meus sapatos, estão furados e não tenho dinheiro para comprar novos", afirmou um jovem de Petare, em Altamira.

Qual a resposta do governo a esses jovens que saíram para protestar? Violenta repressão, prisões e mortes. Mais de 7 milhões de venezuelanos já deixaram o país, uns por terem sido perseguidos, muitos outros para conseguir dinheiro para enviar aos parentes e familiares que ficaram numa Venezuela onde os oligarcas de Maduro ficam cada vez mais ricos e cada vez mais corruptos e onde o povo fica cada vez mais pobre e faminto. Não, o regime de Nicolás Maduro não é e nunca foi de esquerda. •

**Professor da Escola de Sociologia e Política e autor de* Liderança e Poder.

Seu País

LUIS MACEDO/AGÊNCIA CÂMARA E ZECA RIBEIRO/AGÊNCIA CÂMARA

Vírus na PF

PODER Os resquícios do bolsonarismo ensejam uma queda de braço nos bastidores da corporação

POR ANDRÉ BARROCAL

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 34

Eleições. O PT redobra a aposta no Nordeste para ampliar o número de prefeitos

Zona de influência. Ramagem conspurcou a atividade ao criar a "Abin paralela". Filiados da associação de delegados acusam Leiro, presidente da entidade, de viés partidário indevido

A Polícia Federal tem cerca de 2 mil delegados na ativa, que passam a ganhar, a partir deste mês, 34 mil reais brutos. Até o fim do governo Lula, o salário chegará a 41 mil, mais ou menos 90% dos proventos do próximo ano de um juiz do Supremo Tribunal Federal, teoricamente a remuneração máxima no serviço público. O fato de ser uma carreira muito, mas muito bem paga, num país onde a renda média é de 3,2 mil reais, não evita que alguns personagens estejam na berlinda, por motivos diferentes: Alexandre Ramagem, Alexandre Saraiva, Fábio Shor, Luís Fernando Chuy... O próprio presidente da associação nacional da categoria, Luciano Soares Leiro, desponta na ribalta. Motivos? Uma doação e o emprego da noiva.

A ADPF, entidade comandada por Leiro, realizou em maio um simpósio sobre segurança. Coletou entre os patrocinadores 4,5 milhões de reais. Leiro repassou 50 mil à Associação Mulheres Esquecidas, ONG atuante no Distrito Federal no apoio e na reinserção social de detentas. A organização foi fundada em 2021 e é dirigida desde então por Shaila Manzoni, esposa de um pastor, Gabriel Manzoni, e cunhada de um deputado distrital em Brasília de primeiro mandato, Thiago Manzoni. O deputado é filiado ao PL de Jair de Bolsonaro e seu *slogan* é "a direita em todas as direções", nome de seu *podcast*. Certos filiados da ADPF viram a doação como gesto de preferência política indevida de Leiro.

Com o delegado à frente desde 2021, a associação adotou em alguns momentos tom crítico em relação ao governo Bolsonaro, mais por razões salariais do que filosóficas. O reajuste da carreira anunciado em 2023, pago de forma escalonada a partir deste mês, era esperado no tempo do capitão. Que não só não o concedeu, como fez uma reforma da Previdência, em 2019, que ampliou de 6% para 11% o desconto no holerite dos policiais a título de contribuição.

A noiva de Leiro, Mayra de Souza Correa, é, desde maio do ano passado, funcionária do gabinete do senador Marcos do Val, do Podemos capixaba. Um mês após a contratação, o parlamentar foi alvo de uma operação da PF no âmbito de investigações sobre os planos golpistas do bolsonarismo. Do Val também está metido em uma história esquisita, a tentativa de gravar, por interesse do capitão, o juiz Alexandre de Moraes, do Supremo,

no fim de 2022. Alguns filiados da ADPF dizem que só souberam do vínculo trabalhista da noiva de Leiro após a batida policial de 2023.

Em 14 de julho último, dez dias após a PF concluir o inquérito sobre o comércio de joias recebidas de presente por Bolsonaro quando presidente e acusá-lo de ter cometido crime de peculato, o senador atacou nas redes sociais o delegado à frente do inquérito, Fábio Alvarez Shor. Colocou uma foto de Shor sob a palavra "procurado" e fez um apelo nas entrelinhas aos fiéis de Bolsonaro: "Este delegado, até então desconhecido, tem se ocultado das redes sociais, mas o Brasil precisa conhecer quem é o executor das ordens ilegais de Alexandre de Moraes". A ADPF divulgou uma nota dura contra o senador após Leiro consultar Shor.

Na associação, há quem ache pouco. Delegados da seção mineira fizeram uma assembleia e cobraram providências judiciais contra o senador e o afastamento de Leiro da direção da ADPF, ainda que temporariamente. Também cobraram providências contra o deputado Eduardo Bolsonaro, que em julho havia dito o seguinte em entrevista a um jornal do Paraná: "Esperar serenidade e bom senso dessa Polícia Federal, que são as cadelas do Alexandre de Moraes, não dá mais". A pressão levou Leiro a convocar uma assembleia-geral para a segunda-feira 5, a fim de decidir sobre uma investigação criminal contra Do Val a ser requerida à Procuradoria-Geral da República e à PF e, ainda, sobre uma ação civil, por danos morais, a ser apresentada à Justiça contra Eduardo e a União.

CartaCapital questionou Leiro sobre a doação de 50 mil reais e a relação trabalhista da noiva com o senador. A propósito de Mayra, ele respondeu, por meio da assessoria de imprensa da associação, não haver "qualquer vínculo de terceiro que tenha alterado ou alterará a conduta firme e proativa da ADPF em defesa de seus associados". Quanto à doação, disse ser uma prova do "comprometimento da ADPF com a segurança da sociedade, pois tal ação tem impacto direto no sistema de persecução penal e segurança pública – prevenção, repressão e execução da pena".

Perseguição. Saraiva tenta reverter a punição administrativa por expor a má conduta do antigo diretor da PF

E os outros delegados na berlinda? Shor é tido pelo bolsonarismo como inimigo a ser abatido. Está à frente do caso das milícias digitais, repleto de simpatizantes do ex-presidente. Herdou-o da delegada Denisse Dias Ribeiro, a quem os fiéis do capitão haviam acuado anteriormente. Ribeiro saiu de licença-maternidade no início de 2022 e, na volta, não reassumiu o caso das milícias. Foi trabalhar no Superior Tribunal de Justiça, onde até hoje é a responsável pela área de segurança. Antes de finalizar o inquérito das joias, Shor havia concluído, em março, a investigação sobre o cartão de vacina anti-Covid fajuto em nome de Bolsonaro e apontado crime. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu, porém, a reabertura das apurações.

Agora em agosto, Shor deve finalizar o inquérito sobre a tentativa de golpe contra a eleição de 2022, enredo que passa por aquele decreto que anulava a vitória de Lula e deságua no quebra-quebra bolsonarista de 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Na campanha presidencial, o delegado havia despertado a ira de colegas bolsonaristas. Um grupo de 131 policiais aposentados solicitara à Procuradoria-Geral a abertura de um processo contra ele por abuso de autoridade. Motivo: a operação da PF, autorizada pelo Supremo, contra empresários que, em um grupo de WhatsApp, apoiavam o golpismo do capitão.

Outro inquérito policial de desfecho prometido para agosto é o da "Abin para-

lela", trama que tem como uma das estrelas o delegado Alexandre Ramagem, candidato do PL à prefeitura do Rio de Janeiro. Neste caso, o encarregado não é Shor, mas Daniel Carvalho Brasil Nascimento. Amigo do clã Bolsonaro, Ramagem dirigiu a Agência Brasileira de Inteligência de 2019 a 2022 e teria montado um serviço "informal" para proteger o capitão e perseguir adversários, sonho de Carlos Bolsonaro. A "Abin paralela" tinha outro delegado da PF, Marcelo Bormevet, preso em julho em caráter preventivo, a pedido de Nascimento e com aval do Supremo.

O andamento das investigações sobre a "Abin paralela" levou o atual chefe da agência, um delegado, Luiz Fernando Corrêa, a escolher outro colega de profissão, Luís Fernando Moraes Chuy, para o cargo de corregedor. Chuy deve assumir o posto neste mês. A Intelis, a União dos Profissionais de Inteligência da Abin, reclama, e muito, da indicação. Vê "conflito de interesses" justamente por Chuy ser da PF e oficial da reserva do Exército. A "Abin paralela" tinha a participação de militares, caso do sargento verde-oliva Giancarlo Gomes Rodrigues, outro preso

Shor é atacado pela claque de Bolsonaro. Saraiva foi punido por expor as falcatruas de Ricardo Salles

preventivamente em julho. Para a Intelis, o corregedor deveria ser um funcionário da Controladoria-Geral da União.

A atual corregedora é uma servidora da agência, Lidiane Souza dos Santos, nomeada em agosto de 2022. Ramagem não estava mais no órgão, mas ela era de seu time. Por ocasião da operação da PF que prendeu Bormevet, o delegado Nascimento queria compartilhar com a corregedora todas as descobertas sobre a "Abin paralela". Gonet foi contra. Desconfiava que Lidiane Santos poderia proteger colegas. Moraes concordou e negou o compartilhamento. Eis a razão de Corrêa ter decidido nomear Chuy, um conhecido do ministro do STF, por conta do período em que trabalhou no Tribunal Superior Eleitoral, durante a presidência de Moraes, com a missão de combater as *fake news* na eleição de 2022. A atual presidente do TSE, Cármen Lúcia, dispensou Chuy ao assumir, em junho passado.

Ter acionado a corregedoria, mas a da PF, contra o policial que comandou a corporação em 2021 e 2022, Paulo Maiurino, sem levar o assunto aos superiores, foi uma das causas de o delegado Alexandre Saraiva ter sido punido internamente em julho. No governo Bolsonaro, Saraiva chefiou a PF no Amazonas e conduziu investigações que atingiram o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em um caso de exportação ilegal de madeira. À época, chegou a enviar um alerta ao Supremo, segundo o qual Salles e o então senador Telmário Motta, de Roraima, teriam tentado atrapalhar a polícia e acobertar os madeireiros. A investigação e o alerta custaram sua degola do posto no Amazonas, por decisão de Maiurino. Saraiva reagiu e pediu à corregedoria para, entre outras coisas, apurar a origem de dinheiro usado pelo então diretor-geral na compra de um imóvel em Miami. O gordo contracheque não seria suficiente, segundo ele, para a aquisição.

O outro motivo da punição a Saraiva, conforme o processo administrativo disciplinar aberto logo após a eleição presidencial de 2022, foi ele ter sido "desleal" com a PF ao "tentar destruir a reputação" de Maiurino. Na sequência da demissão, Saraiva deu entrevistas para expor o esquema de madeira e a tentativa de Salles de proteger os envolvidos. De quebra, culpava a direção da PF e o governo Bolsonaro pela degola. Agora, considera que sua punição é obra do "entulho bolsonarista" existente na corporação. Quer que o atual diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, reconsidere a punição de 31 dias de suspensão. Coube a Rodrigues aplicar a pena sugerida no processo disciplinar. Se ele não voltar atrás, Saraiva pretende apelar ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. •

REDES SOCIAIS/ADPF/DF, REDES SOCIAIS E REDES SOCIAIS/TV CULTURA

Limpeza. Shor não alivia para Bolsonaro. Chuy será corregedor da Abin

Urgência verde

CLIMA Com a seca extrema fustigando o bioma, o governo federal busca acelerar a aplicação de recursos do Fundo Amazônia

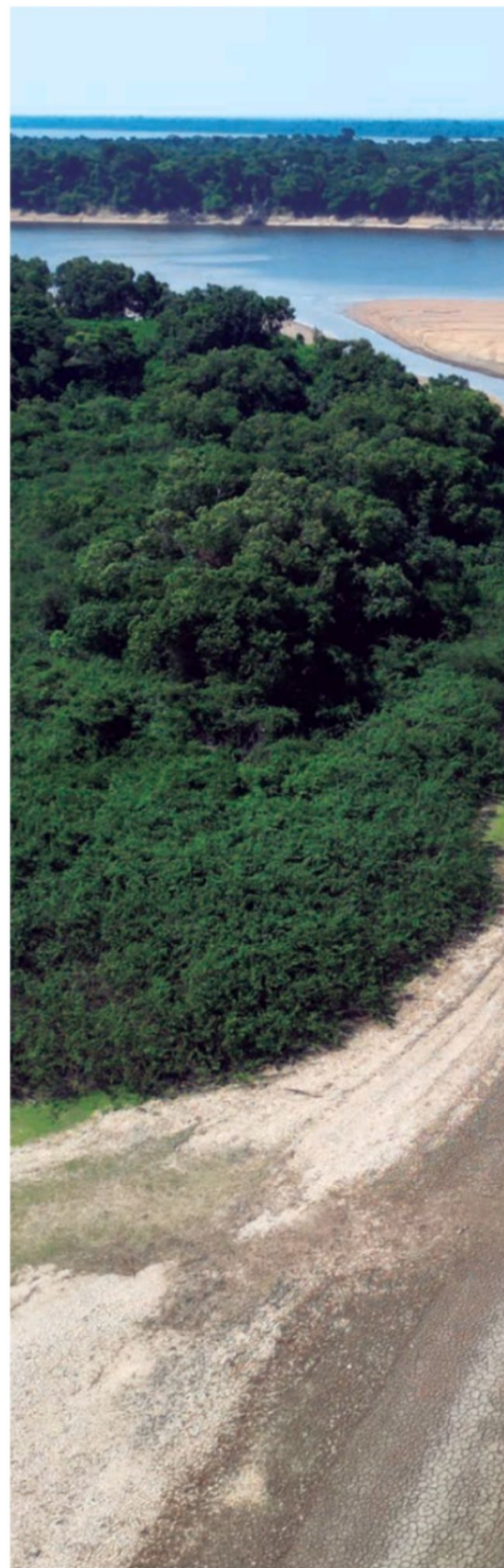
POR MAURÍCIO THUSWOHL

A floresta arde, os rios secam. Diante do olhar impotente das populações ribeirinhas, tribos indígenas, comunidades extrativistas e demais habitantes da Amazônia, o início do período de estiagem no maior bioma brasileiro apresenta, em 2024, efeitos ainda mais intensos e precoces do que no ano passado, quando ocorreu o que os especialistas classificaram como a maior seca amazônica de todos os tempos. Normalmente, a vazante dos rios na região tem início entre os últimos dias de junho e o fim da primeira quinzena de julho, mas, sob a influência dos fenômenos climáticos El Niño e La Niña, que alteram a temperatura das águas superficiais do Oceano Pacífico e este ano ocorreram sucessivamente, o nível dos rios amazônicos começou a baixar ainda na primeira quinzena de junho.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) anunciou ter intensificado, nas duas últimas semanas, o processo de monitoramento hidrológico dos rios Madeira e Purus e declarou estado de "escassez quantitativa de recursos hídricos" em suas respectivas bacias. A diminuição acentuada do nível das águas também acontece nos rios Negro e Solimões, com efeitos de limitação à navegação, meio de transporte e comércio muito utilizado pelas populações de cidades importantes como Manaus e Tabatinga, entre outras. O caso mais grave acontece no sudeste do estado do Amazonas, onde a combinação de seca e desabastecimento começa a configurar um quadro emergencial de saúde pública.

Não bastassem as dificuldades trazidas pelas mudanças climáticas, foram registrados no primeiro semestre de 2024 quase 13,5 mil focos de incêndio no bioma, aumento de 61% em relação ao mesmo período no ano passado, informa o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Foi também o terceiro maior número registrado na história, atrás somente de 2003 (17,1 mil) e 2004 (17,3 mil). Assim como no Pantanal ou no Cerrado, a maioria dos incêndios florestais amazônicos é provocada pela ação humana, deliberada ou não.

Não é por falta de recursos que a floresta padece. O governo federal tem sido bem-sucedido na missão de fortalecer os mecanismos de financiamento a projetos de preservação e desenvolvimen-

> O governo tem sido bem-sucedido na captação de recursos, mas é criticado pela demora na execução dos projetos apoiados

Drama. Em 2023, a floresta amazônica enfrentou a pior estiagem de sua história, cenário que tende a se repetir neste ano

GILDO SMITH/PREFEITURA DE MANAUS/GOVAM

to econômico sustentável da Amazônia, seja através da emissão de "títulos verdes" do Tesouro Nacional (*green bonds*), da criação de linhas de financiamento para os setores público e privado ou do fortalecimento dos fundos ambientais. Menina dos olhos, o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, já atingiu 6,7 bilhões de reais em recursos, bolo que deve aumentar com a promessa de doação de 20 milhões de euros (cerca de 120 milhões de reais) feita pela União Europeia.

A intenção foi formalizada em documento assinado pela comissária de Parcerias Internacionais da UE, Jutta Urpilainen, e pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, durante o IV Fórum Brasil–UE, realizado, em julho, no Rio de Janeiro. Embora ainda não concretizada, a doação europeia é uma "sinalização muito importante", avalia Mercadante. "Ela dá muito respaldo e credibilidade ao Fundo, que se consolidou por ter uma gestão transparente e eficiente."

Vilão do desmatamento, o governo Bolsonaro espantou Noruega e Alemanha, tradicionais doadores, que congelaram em zero as doações ao Fundo Amazônia entre 2019 e 2022. Com a retomada das captações no governo Lula, o Fundo, segundo o BNDES, soma no momento 1,03 bilhão de reais em contratos assinados e 2,8 bilhões em novas doações. Além disso, o escopo de doadores foi aumentado com a entrada de Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Suíça e Dinamarca, além da União Europeia.

Curiosamente, os rendimentos gerados pelo Fundo, em sua maioria acumulados durante os quatro anos de paralisia bolsonarista, fizeram o saldo engordar em 2,9 bilhões de reais, totalizando

os 6,7 bilhões atualmente em caixa. Para a diretora da área socioambiental do BNDES, Tereza Campello, a grande realização do atual governo foram os novos contratos assinados: "Mesmo sendo valores menores em alguns casos, pela primeira vez o Fundo recebeu recursos de seis países diferentes. Isso mostra não só o reconhecimento pela retomada, mas também a confiança dos doadores internacionais na execução dos recursos".

Campello ressalta que os valores recebidos pelo Fundo Amazônia nos últimos dois anos se equiparam ao período de 2012 a 2016, momento de maior vigor das doações, que giravam em torno de 400 milhões de reais anuais. Desde o início do Fundo, foram gastos em torno de 1,6 bilhão de reais, além de 845 milhões contratados, mas ainda não desembolsados. Outros 996 bilhões de reais em recursos ainda não foram contratados, mas estão aprovados ou fazem parte de editais lançados pelo BNDES.

Chamas. No primeiro semestre, o INPE registrou 13,5 mil focos de incêndio. Ao menos 1,6 bilhão de reais do Fundo Amazônia foram gastos, diz Campello

Apesar do balanço positivo, e a considerar o volume significativo de recursos disponíveis, a execução dos projetos financiados tem sido criticada como lenta e ineficiente por alguns representantes da sociedade civil que integram o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), órgão responsável por definir a aplicação do dinheiro. "A burocracia e a complexidade administrativa envolvidas no processo de aplicação e prestação de contas são fatores que contribuem para essa lentidão", diz Adilson Vieira, representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS) no colegiado. Pequenas entidades e organizações comunitárias, que possuem capacidades administrativas limitadas, encontram dificuldades para participar do proces-

ISTOCKPHOTO E RAFA NEDDERMEYER/ABR

so, acrescenta o ambientalista. "A falta de capacitação e suporte técnico impede os pequenos de tocar projetos e gerir recursos de maneira eficaz."

Vieira questiona o escopo dos projetos e aponta "uma tendência em favorecer grandes entidades com maior capacidade administrativa e financeira, marginalizando pequenas associações comunitárias e organizações de base". O dirigente do FBOMS usa como exemplo a reunião da Comissão de Classificação de Projetos (CCP), que definiu as propostas habilitadas na chamada pública "Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável", projeto que busca integrar a produção de alimentos amazônicos à merenda escolar dos estados da região. A eliminação da maioria das propostas apresentadas, observa, demonstra uma "excessiva rigidez" nos processos de seleção: "Das 37 propostas habilitadas, apenas dez foram classificadas, enquanto sete ficaram em cadastro de reserva. Esses números indicam um baixo índice de sucesso para muitas iniciativas, especialmente aquelas que não dispõem de recursos técnicos e administrativos robustos". O ambientalista defende a simplificação dos processos administrativos e maior oferta de suporte técnico: "Tais medidas são fundamentais para democratizar o acesso aos recursos, para que as comunidades que estão na linha de frente da preservação ambiental possam participar dos projetos financiados".

Pequenas ONGs acusam o BNDES de favorecer as grandes entidades. A diretora Tereza Campello diz ter espaço para todos

CONTRIBUIÇÕES ESTRANGEIRAS

Retomada das captações (2023/2024). Em R$

REINO UNIDO
497 milhões contratados e **218** milhões anunciados

NORUEGA
282 milhões contratados

ALEMANHA
195 milhões contratados

SUÍÇA
28 milhões contratados

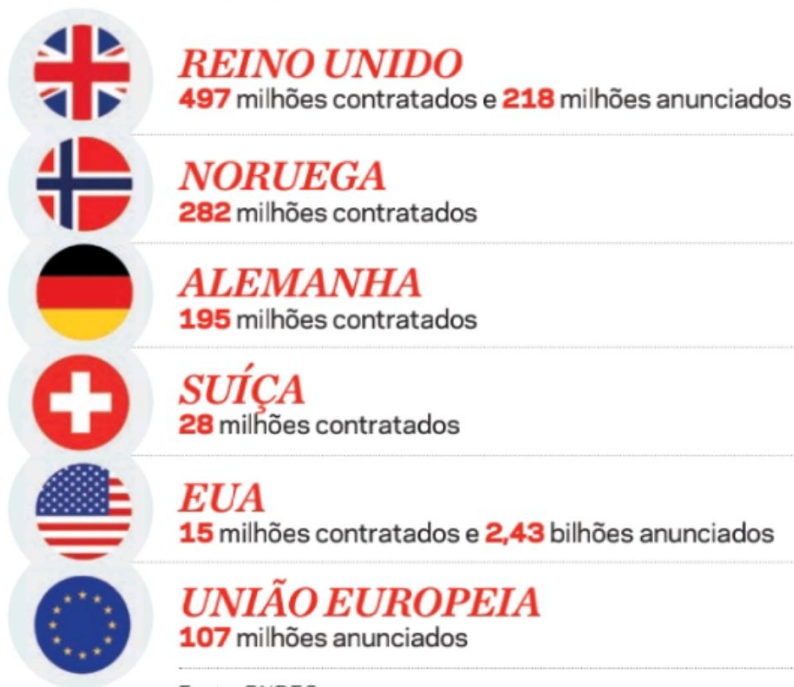
EUA
15 milhões contratados e **2,43** bilhões anunciados

UNIÃO EUROPEIA
107 milhões anunciados

Fonte: BNDES

Por trás da crítica está a nova estratégia do BNDES em relação ao Fundo Amazônia, na qual são priorizados os projetos acoplados a políticas públicas com abrangência em toda a região, além do estímulo à participação de entes subnacionais e à retomada e revisão de projetos interrompidos. "Havia projetos belíssimos, mas muito pulverizados, com resultados locais importantes, mas sem nenhum impacto na Amazônia como um todo. Pensamos em ganhar escala, pois estamos recebendo recursos vultosos. Montamos de forma consciente duas grandes frentes de estratégia. É um absurdo ter 6,7 bilhões de reais na mão e continuar a atuar só com projetinhos pulverizados. Temos de atuar de acordo com aquilo que o momento histórico exige", explica Campello.

A diretora do banco avalia que o desmatamento na Amazônia mudou de padrão e já não é mais protagonizado pelo grileiro, seja ele pequeno ou grande desmatador. "Hoje estamos lidando com o crime, organizado internacionalmente entre fronteiras, que faz narcotráfico, rouba em massa a madeira das nossas florestas e abre garimpos ilegais em terras indígenas e áreas públicas. Queremos e vamos continuar a fazer projetos com as pequenas instituições, mas queremos também estar à altura da nova forma como o crime organizado atua na Amazônia, e assim enfrentar o desmatamento no patamar em que isso é exigido."

Campello ressalta que a adoção de uma nova estratégia não faz com que a antiga deixe de ser executada: "Uma pequena instituição que tenha comprovadamente sua situação regular, tenha executado recursos nesse montante e esteja de acordo com as normas do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) pode apresentar projetos. O balcão está aberto desde 15 de fevereiro do ano passado. Não estamos excluindo ninguém". O Fundo Amazô-

Doação. A comissária europeia Jutta Urpilainen assinou o protocolo de intenções com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em julho

GABRIEL SOUZA/BNDES

nia, até hoje, já atendeu 653 organizações comunitárias e atingiu 241 mil pessoas, dados que, segundo Campello, atestam o olhar sensível para os pequenos.

Vieira propõe uma reforma do modelo de financiamento do Fundo Amazônia, para evitar a exclusão de pequenas associações e atores locais, com a criação de linhas de financiamento específicas para projetos comunitários e de base e critérios de seleção que considerem a capacidade operacional e a realidade das comunidades amazônicas. "Além disso, a simplificação dos processos de aplicação e prestação de contas é necessária para democratizar o acesso aos recursos", sugere.

A viabilidade dessa reforma, ressalta o ambientalista, é demonstrada pelo sucesso dos fundos comunitários criados pelos movimentos sociais: "Eles têm demonstrado uma capacidade excepcional de mobilizar e aplicar recursos de maneira eficiente e adaptada às realidades locais. São geridos com uma compreensão profunda das necessidades e desafios específicos das comunidades amazônicas, promovendo não só a conservação ambiental, mas também a justiça social e o desenvolvimento sustentável".

Para o deputado federal Nilto Tatto, do PT, é importante compreender o Fundo Amazônia como um instrumento para deter e reverter o modelo predatório, baseado na expansão desordenada da fronteira agrícola e mineral, que prevalece na região. O papel do BNDES é fundamental, avalia. "Como gestor, o banco tem capacidade e potência para estabelecer sinergias e efeitos cumulativos entre as ações do Fundo e as linhas de financiamento na região, ampliando a escala e a eficácia dos projetos na estruturação de cadeias e arranjos produtivos inclusivos e sustentáveis."

A União Europeia acaba de anunciar uma contribuição de 20 milhões de euros

Tatto diz que uma das formas testadas para ampliar o acesso de pequenas organizações locais ao Fundo são os projetos aglutinativos, modalidade de execução na qual uma instituição guarda-chuva abriga outras que, isoladas, apresentam baixa capacidade de gestão dos recursos: "O que mais importa nisso tudo é a retomada da participação democrática na formulação das políticas públicas voltadas à Amazônia. Nunca é demais lembrar a tenebrosa noite de quatro anos de desconstrução e retrocessos bolsonaristas. Com o restabelecimento da participação da sociedade nos espaços de poder do Estado, os desafios que o País enfrenta para proteger e desenvolver a Amazônia serão enfrentados e superados".

Ex-presidente do Ibama e hoje coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo avalia que o Fundo Amazônia necessita ganhar agilidade nos procedimentos de análise e liberação dos recursos recebidos: "O financiamento e o acompanhamento de projetos de menor escala podem ser viabilizados com a formalização de parcerias pelo BNDES. O Fundo tem experiências nessa perspectiva que podem ser reforçadas. É preciso haver equilíbrio entre os recursos destinados a projetos do Poder Público federal e os que potencializam iniciativas de atores locais". Araújo ressalta que o Fundo é uma ferramenta bem-sucedida e tem um histórico de financiamento de projetos importantes que combatem o desmatamento e fomentam atividades produtivas ambientalmente sustentáveis: "A preocupação com a transparência e a participação democrática deve nortear a gestão dos fundos ambientais e sempre haverá espaço para promover melhorias nesse sentido".

JAQUES WAGNER
Líder do governo no Senado, foi governador da Bahia e ministro do Trabalho, da Defesa e da Casa Civil

Esporte também é política

▶ **Quase todos os atletas da delegação brasileira já foram beneficiados pelo Bolsa Atleta em alguma etapa de suas carreiras e 87,3% ainda recebem recursos do programa federal**

A emoção de ver uma menina de 16 anos tornando-se a mais jovem medalhista do Brasil em edições diferentes das Olimpíadas já seria suficiente para estimular o público a acompanhar a maratona diária dos Jogos de Paris. Essa emoção ganha ainda mais intensidade quando sabemos que, além do talento nato da pequena gigante Rayssa Leal sobre seu *skate* e de toda a delegação brasileira, há um componente político, gestado no primeiro mandato de Lula como presidente da República – quando a nossa Fadinha nem sequer era nascida – que vem contribuindo para o tamanho, a qualidade e o sucesso da equipe nacional.

Trata-se do financiamento público do esporte no País, calcado em um tripé formado pelo Programa Bolsa Atleta, pela Lei de Incentivo ao Esporte e pela Lei das Loterias. Ao todo, foram aplicados 24,69 bilhões de reais no setor. Somados a convênios com estados, municípios e entidades, foram investidos 28,5 bilhões nas últimas duas décadas.

Entre os três, o Bolsa Atleta destaca-se por ser destinado diretamente ao atleta, enquanto as leis direcionam recursos para entidades ou projetos. O programa foi criado há exatos 20 anos, em 2004, logo no segundo ano do governo Lula, período em que atuei como ministro do Trabalho. Era o início de uma trajetória de sucesso, traduzido em números que chamam atenção: o Brasil conquistou mais medalhas nas últimas cinco edições dos Jogos do que nas 15 anteriores, quando não havia incentivo público aos atletas e ao esporte.

São dados muito relevantes. Ao longo de 80 anos, entre Antuérpia 1920 e Sydney 2000 (15 edições dos Jogos), foram 66 medalhas. Já nos últimos 20 anos, sem contar o resultado em Paris, foram 84 medalhas em cinco edições, entre Atenas 2004 e Tóquio 2021. Nos Paralímpicos, a distância também é gritante: 106 medalhas em oito edições anteriores ante 267 medalhas nas últimas cinco edições, reforçadas pelo investimento público.

O desempenho da delegação brasileira está diretamente vinculado ao Bolsa Atleta e seus próprios recordes. Desde a criação, foram 37 mil atletas e investimento de 1,5 bilhão de reais. Em 2023, o programa investiu 121 milhões em atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas, com inéditas 8.292 bolsas. Em 2024, o recorde foi novamente batido, com mais de 9.075 atletas e investimento de 160 milhões. Além disso, o presidente Lula reajustou em 10,86% o valor das bolsas, demanda antiga dos esportistas.

E o que isso tudo tem a ver com os Jogos de Paris? A resposta impressiona: quase todos os atletas da delegação brasileira – 271 dos 276, ou 98% – já foram bolsistas do programa em alguma etapa da carreira, e 241 deles (87,3%) recebem a Bolsa Atleta atualmente, entre eles Rayssa Leal. Em 27 das 39 modalidades que o País está disputando, todos os atletas integram o programa, dividido em cinco categorias: Base e Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpica e Paralímpica e Bolsa Pódio. O formato contempla desde iniciantes até os que atingem o chamado alto rendimento, com valores que variam de 410 a 16,6 mil reais mensais.

O Bolsa Atleta alinha-se ao foco prioritário do governo federal de criar oportunidades para todos. No caso do esporte, o estímulo contribui para oferecer ao jovem um propósito de vida, uma perspectiva de futuro. As outras duas vertentes do financiamento público do esporte também têm sua origem no governo Lula. Em 2007, quando Lula iniciava seu segundo mandato, entrou em vigor a Lei de Incentivo ao Esporte. Ela permite que recursos de renúncia fiscal sejam aplicados em projetos desportivos e paradesportivos por meio de doações e patrocínios. A lei já beneficiou 8.869 projetos e destinou mais de 5,49 bilhões de reais em recursos.

Já a Lei das Loterias, criada em 2000, foi efetivamente aplicada no ciclo completo a partir do primeiro mandato de Lula. Ela garante o repasse de um porcentual de todas as apostas em jogos oficiais para instituições do setor esportivo. Ao todo, essa lei já assegurou 17,42 bilhões de reais a entidades como os comitês Olímpico e Paralímpico brasileiros.

Para fechar com chave de ouro, os Jogos de Paris 2024 marcam a primeira delegação brasileira com maioria feminina da história das olimpíadas. Dos 276 atletas, 153 são mulheres. Com planejamento e foco, agora disputamos de igual para igual em diversas modalidades, conquistamos novos espaços e rompemos tabus a cada dia, como, aliás, acaba de acontecer com a equipe feminina de ginástica artística, que fez história ao garantir a primeira medalha brasileira da categoria. Que venham muitas outras vitórias como essa. •

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

BAPTISTÃO

Ferida aberta

MEMÓRIA Ao colher amostra de DNA, a PF reaviva as esperanças de uma mulher confirmar se é filha de um guerrilheiro do Araguaia desaparecido

POR MARIANA SERAFINI

O telefone tocou no momento em que Lia Cecília da Silva Martins estava em uma consulta médica. Era a Polícia Federal. "Na hora, pensei: 'Meu Deus, o que eu fiz?'", relembra com uma risada nervosa. A assistente administrativa foi procurada para realizar uma coleta de material genético para um exame de DNA. Estranhou, porque a busca pela família biológica havia sido encerrada há mais de dez anos, quando os exames feitos à época foram inconclusivos. Mesmo hesitante, compareceu à delegacia na esperança de comprovar se o seu pai biológico é, de fato, Antônio Teodoro de Castro, militante do PCdoB que ingressou na Guerrilha do Araguaia e foi visto pela última vez por seus companheiros em 30 de dezembro de 1973.

Enquanto um motorista de aplicativo a conduzia à sede da PF em Belém, Lia Cecília só conseguia pensar na resolução do mistério que a atormenta há mais de 15 anos. "Tinha esperança de, finalmente, saber a verdade", comenta. A expectativa aumentou ainda mais após conversar com peritos e policiais, que pouco depois divulgaram à mídia local a história da mulher que luta para confirmar a paternidade de um desaparecido político no regime militar. Ainda assim, estranhou o fato de não ter solicitado o exame.

Nem ela nem a família de Teodoro, que adotou o codinome Raul na guerrilha. Lia Cecília chegou a acionar o advogado que cuida do caso, mas ele não soube esclarecer a origem do pedido. Somente após a reportagem de *CartaCapital* buscar a resposta na sede da PF em Belém, no Ministério Público Federal e na rediviva Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, a direção-geral da Polícia Federal esclareceu que a corporação tem coletado amostras de DNA para consolidar o Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNFG), criado em 2013 para auxiliar na investigação criminal e na busca por pessoas desaparecidas. "Esse caso do Pará é mais uma ação nesse sentido."

Há poucos meses, a PF anunciou que usaria o BNFG para auxiliar pessoas que foram adotadas e querem encontrar os familiares biológicos. Ao que tudo indica, Lia Cecília foi convidada a ceder uma amostra de DNA por ter sido adotada, não exatamente para confirmar a paternidade de Teodoro, como ela suspeita. "Em nenhum momento eles me deram a entender que não tinha a ver com a busca que eu já tinha iniciado. Agora nem sei o que pensar", lamenta. A história da vida da assistente administrativa é marcada por informações imprecisas e capítulos mal contados. Existe essa suspeita sobre o possível pai, mas nenhuma pista de quem poderia ser sua mãe biológica. "Será que agora vou ter chance de encontrá-la? Eu gostaria muito de saber quem foi essa mulher."

> **O exame não tem, porém, relação com investigações sobre crimes da ditadura, informa a direção-geral da corporação**

O Brasil nunca passou totalmente a limpo os crimes da ditadura, e isso deixou feridas abertas em centenas de famílias que não conhecem o paradeiro nem tiveram a chance de enterrar seus mortos. Para Amparo Araújo, ex-militante da Ação Libertadora Nacional, irmã e viúva de desaparecidos políticos, essa página não virada ainda adoece as gerações que vieram depois. "Ao longo da luta pela anistia e busca dos mortos e desaparecidos políticos, conheci e convivi com filhos e netos, sobrinhos e sobrinhas. Neles, essa crueldade de tamanho incomensurável se manifesta fortemente e com maior intensidade", afirma Amparo, uma das coordenadoras do Comitê do Direito à Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco. "Há aqueles que assumem e carregam as bandeiras e as lutas, como uma forma de amenizar a profunda dor, e há os que renegam, se sentem roubados, rejeitados, magoados, com sequelas e transtornos variados, como depressão, angústia, sensação de abandono, infinito desconforto."

Conselheira da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que havia sido extinta ilegalmente por Jair Bolsonaro e acaba de ser recriada, Diva Santana lamenta a falta de tato da Polícia Federal com o caso de Lia Cecília. "Ninguém foi informado sobre isso. Estamos há anos nessa busca e não ficamos

sabendo de nada. Esse tipo de abordagem mexe muito com a pessoa, reabre feridas, é algo muito sério", lamenta a ativista, irmã de Dinaelza Santana Coqueiro, que também participou da Guerrilha do Araguaia. "Por que nós, da Comissão, não ficamos sabendo? Nem a família do Teodoro foi informada? Tudo é muito estranho. A iniciativa de um banco de dados para pessoas adotadas encontrarem os pais biológicos é positiva, mas ninguém foi informado adequadamente sobre isso."

Desde a infância, Lia Cecília sabe que é filha adotiva. "Sempre me senti muito amada e mimada pelos meus pais e pelos meus irmãos. Não tinha curiosidade sobre a família biológica, mas todos nós estranhávamos as circunstâncias em que cheguei em Belém", recorda. Os pais adotivos, Eumélia e Sandoval Martins, trabalhavam no semi-internato Lar de Maria. Em junho de 1974, dois homens chegaram com um bebê de cerca de 6 meses e o deixaram na entidade com a promessa de que voltariam para buscá-lo. Um se apresentou como delegado de polícia e o outro, como soldado do Exército.

Sem rastro. Antonio Teodoro de Castro, o Raul, foi visto por companheiros da luta armada pela última vez no fim de 1973

POLÍCIA FEDERAL/PA E ARQUIVO PESSOAL

Biocroma
Clínica de Exames de DNA

Em 18 dos 21 marcadores moleculares analisados, o perfil genético da filha investigante LIA CECILIA DA SILVA MARTINS apresentou uma coincidência alélica com o perfil genético dos irmãos do suposto pai falecido. Porém, a alta freqüência populacional dos alelos comparados entre estes irmãos do suposto pai analisados e a filha investigante reduziu a estimativa dos índices de paternidade exigidos pelos órgãos regulamentadores desta atividade de investigação de paternidade.

subscrevi e assino.

Goiânia, 11 de maio de 2010.

MSc. Ricardo Goulart Rodovalho
- Responsável Técnico -
CRBio 62129/4-D

A criança, muito branca e de cabelos ruivos, tinha marcas de picadas de insetos e machucados. "Estava claro que eu tinha passado por situações adversas, mas naquela época ninguém podia perguntar muito, meus pais não foram à delegacia atrás de informações."

Lia Cecília acredita ter sido sequestrada em Araguaína, no interior de Tocantins, onde atuava uma parte dos militantes da guerrilha do Araguaia. A data de chegada dela ao orfanato coincide com a Operação Marajoara, a terceira e mais sangrenta expedição das Forças Armadas para exterminar os guerrilheiros que ainda resistiam na mata fechada, entre fevereiro e setembro de 1974. O orfanato abrigava crianças maiores, não tinha estrutura para acolher um bebê. Os funcionários improvisaram um berço, e nos fins de semana se revezavam nos cuidados da criança, em suas próprias casas. Assim, acabou sendo adotada por Euméia e Sandoval. Só aos 35 anos, depois de ver uma notícia no jornal, achou parecida a história dos bebês sequestrados por militares com o que sabia de seu próprio passado. Buscou ajuda e, com o auxílio de uma jornalista, conseguiu o contato da família de Antônio Teodoro. "Trocamos fotografias, vimos muita semelhança e resolvemos fazer o teste de DNA."

Laudo. Apesar de encontrar coincidências em 18 dos 21 marcadores moleculares, não foi possível confirmar a parternidade

O primeiro exame, realizado em uma clínica particular em 2010, identificou uma coincidência com o perfil genético dos irmãos do guerrilheiro "em 18 dos 21 marcadores moleculares analisados", mas o resultado foi inconclusivo, devido à "alta frequência populacional dos ale-

los investigados entre esses irmãos do suposto pai e a filha investigante". Somente com a exumação do corpo de Teodoro, de paradeiro desconhecido, seria possível confirmar a suspeita, acrescentou Ricardo Goulart Rodovalho, responsável técnico do laboratório Biocroma. Outro teste foi realizado em 2014, mas novamente o resultado foi inconclusivo.

A última vez que a família teve contato com Teodoro foi em 1970, quando ele se mudou para o Rio de Janeiro. Até então, era estudante de Farmácia na Universidade Federal do Ceará. Recém-filiado ao PCdoB, começou a ser perseguido pelo regime e o pai achou melhor afastá-lo. Por isso, pediu transferência para a UFRJ. Uma das irmãs, a professora Maria Eliana de Castro Pinheiro, recorda que, logo após a mudança, ele enviou uma carta, dizendo que pretendia se mudar para a Bélgica, porque havia conseguido uma bolsa de estudos. "Nos primeiros meses, chegavam cartas, ele contava novidades de lá. Passado um tempo, pararam as notícias."

O pai, que sabia da militância política do filho, desconfiou desde o início da

Testes feitos em 2010 e 2014 apresentaram resultados inconclusivos

história, mas a mãe não fazia ideia de que ele era filiado ao PCdoB e custou a acreditar que o pacato estudante se tornaria um guerrilheiro. A certeza só veio em 1977. "A gente soube que o José Genoino estava preso em Fortaleza. Ele era amigo do meu irmão, e nós demos um jeito de ir visitá-lo na prisão. Eu estava grávida, foi uma situação muito difícil." Sem se apresentar, ela perguntou se havia chance de algum guerrilheiro ainda estar vivo. "Possibilidade zero", disse Genoino. "Implodiram tudo lá." Então, o ex-comandante do Pelotão C parece ter notado a semelhança da moça com o companheiro Raul e preferiu guardar silêncio: "Você está grávida, não posso te contar mais nada".

Teodoro atuou no Pelotão B, sob o comando de Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, o mais destacado líder do Araguaia. Desapareceu no fim de 1973, e a data e o local de seu assassinato foram um mistério até 2009, quando o militar Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o Major Curió, decidiu abrir seus arquivos e confessar que ele próprio havia matado dezenas de jovens na região durante a Operação Marajoara. Ao ler a reportagem na revista *Veja*, Eliana acionou a sucursal em Brasília, foi atrás dos arquivos, que seguem sob segredo de Justiça, e descobriu que seu irmão era uma das vítimas. "Foi horrível ler aquela entrevista. Ele contou detalhes de como matou meu irmão e deixou lá para os bichos comerem."

Foi a partir daí que ela começou a viajar para a região do Rio Araguaia, que banha Goiás, Tocantins, Pará e Mato Grosso, para vasculhar pistas. O sítio onde Curió diz ter assassinado Teodoro foi revirado várias vezes, sem resultado. "Enquanto nós não encontrarmos um sinalzinho dele, não vamos descansar", lamenta. Durante a busca, surgiu a possibilidade de Lia Cecília ser uma sobrinha perdida. A família animou-se com a ideia, mas os laudos inconclusivos solaparam a esperança. "Ter um pedaço vivo do meu irmão foi uma grande alegria. Infelizmente, não tivemos a prova científica, mas os laços de amor e afeto que criamos com Lia perduram."

Como na infância, Lia Cecília adotou uma nova família, e hoje chama todos de "tios" e "tias". Por um tempo, chegou a conviver com alguns deles em Fortaleza e Brasília. Mesmo sem o teste certeiro, ela acredita ser filha do guerrilheiro que lutou contra a ditadura, e se orgulha disso. Agora, com 50 anos recém-comemorados, embora a data de nascimento seja incerta, está prestes a se casar novamente. E começa a alimentar esperanças de ter pistas sobre sua mãe biológica. "A vida é assim, feita de recomeços, né? Bora ver no que vai dar." •

FARÍOLA MENDONÇA E LUÍS MACEDO/AGÊNCIA CÂMARA

Crítica. Diva Santana e Amparo Araújo lamentam a falta de tato da PF com Lia Cecília

Reduto lulista

ELEIÇÕES O PT redobra a aposta no Nordeste para ampliar o número de prefeitos eleitos neste ano

POR FABÍOLA MENDONÇA

Com histórico político mais alinhado ao campo progressista na última década, o Nordeste é a principal aposta do PT para ampliar seu número de prefeitos. O partido do presidente Lula está lançando candidatos em cinco das nove capitais da região, quatro deles com chances reais de chegar ao segundo turno. Teresina, Fortaleza, Natal e João Pessoa vão receber atenção especial da legenda, cidades onde os petistas aparecem bem colocados nas pesquisas e tendem a crescer no decorrer da campanha, que só começa oficialmente em 15 de agosto.

Em Teresina, o deputado estadual Fábio Novo é o candidato mais bem posicionado nas pesquisas, em algumas delas chega a ter mais de 50% dos votos válidos, e pode liquidar a fatura ainda no primeiro turno. Se a projeção for confirmada, vai quebrar uma hegemonia da direita de várias décadas e ser o primeiro prefeito do PT a governar a capital piauiense. O principal adversário de Novo é o ex-prefeito Sílvio Mendes, do União Brasil, apoiado pelo bolsonarismo e pelo ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, Ciro Nogueira (PP), com 43% dos votos válidos, segundo o Instituto Consulte.

Novo conseguiu formar uma ampla aliança em torno do seu nome, com 13 partidos, inclusive com o histórico adversário PSDB, e cedeu o posto de vice ao MDB, que indicou o médico Paulo Márcio. "Em 2020, a gente não conseguiu unificar a base do governo, que se dividiu em quatro candidaturas, nem mesmo unir o PT, que chegou a ter quatro nomes. Desta vez, primeiro unimos o partido, depois a base do governo, e ainda conseguimos atrair algumas forças que historicamente eram contrárias a nós, como o PSDB, que governou a cidade quatro vezes", explica o piauiense. "O PT sempre teve muita dificuldade de lançar candidaturas competitivas em Teresina e agora apostou numa coalizão com um espectro ideológico bem amplo", comenta o cientista político Vitor Sandes, professor da UFPI, acrescentando que o palanque petista ainda tem o peso eleitoral de Lula, com aprovação superior a 80% entre os teresinenses, e do governador Rafael Fonteles, a contar com mais de 90% de avaliações positivas na capital.

"Vamos investir pesado no Nordeste, mobilizar as principais lideranças do partido e priorizar, do ponto de vista dos recursos financeiros, os candidatos com mais chance de chegar ao segundo turno. Esse é o direcionamento do partido. Vamos fazer o que pudermos para impulsionar as campanhas que têm viabilidade", explica o senador Humberto Costa, integrante do grupo de trabalho das eleições do PT Nacional. Ele acrescenta que a legenda também vai priorizar "palanques de peso e densidade de outros partidos que fazem parte da nossa aliança histórica", citando a candidatura à reeleição no Recife, com João Campos, do PSB, e em Maceió, onde o partido decidiu apoiar o emedebista Rafael Brito, deputado federal ligado ao senador Renan Calheiros. No fim de julho, o PT fez uma intervenção no diretório municipal de Maceió e retirou a candidatura própria do ex-vereador Ricardo Barbosa, que havia sido aprovada em convenção local.

> **Com candidatos competitivos, a sigla dará especial atenção às disputas em Natal, Fortaleza, Teresina e João Pessoa**

Em Fortaleza, a queda de braço no campo progressista inaugurada nas eleições de 2020 e potencializada em 2022 vai se repetir este ano. De um lado, o PDT de Ciro Gomes trabalha pela reeleição do prefeito José Sarto. Do outro, o PT de Camilo Santana, ministro da Educação, acredita na decolada da candidatura de Evandro Leitão, presidente da Assembleia Legislativa. O petista aparece nas pesquisas na quarta colocação, com 9,4% das intenções de voto, metade da pontuação do candidato pedetista, revela sondagem da Paraná Pesquisas divulgada no fim de julho.

Para superar a desvantagem, Leitão conta com a força de Lula, que já se comprometeu em participar de eventos de campanha. O presidente, inclusive, confirmou sua presença na convenção do petista, prevista para acontecer no sábado 3, após o fechamento desta edição de *CartaCapital*. "Ainda não houve uma massiva apresentação das propos-

tas e das causas que cada candidatura vai defender. Os fortalezenses vão, em breve, identificar na minha candidatura os valores progressistas, humanizados, inclusivos e igualitários. Poderão conhecer melhor minha trajetória como gestor e como parlamentar comprometido com a justiça social e a defesa da democracia."

Oito partidos reforçam o palanque petista, que tem como candidata a vice-prefeita Gabriella Aguiar, deputada estadual pelo PSD. Apesar de preterido na indicação de vice, o PSB do senador Cid Gomes também apoia a chapa petista, mas trabalha, principalmente, para eleger o maior número de prefeitos no Ceará, de olho na sucessão de 2026. Desde que rompeu politicamente com o irmão Ciro Gomes e deixou o PDT, Cid assumiu o comando do PSB no estado e já contabiliza mais de 80 prefeitos no seu grupo po-

Padrinhos. Na capital do Piauí, Fábio Novo conta com o ministro Dias e o governador Fonteles. Já a potiguar Natália Bonavides sofre com a alta rejeição de Fátima Bezerra

REDES SOCIAIS

lítico, que deixaram as hostes pedetistas para acompanhar o senador.

Evandro Leitão também era ligado a Cid, mas optou por um caminho distinto. Aceitou o convite de Camilo Santana e migrou para o PT, com o compromisso de ser o candidato do partido na sucessão de Fortaleza, suplantando o desejo de Luiziane Lins, deputada federal e ex-prefeita, de voltar a governar a capital cearense. A opção arriscada do neopetista pode até lhe custar caro, já que o PDT briga na Justiça pelo mandato, alegando a regra de infidelidade partidária.

Para além do acirramento entre PT e PDT, dois candidatos da extrema-direita disputam o voto conservador em Fortaleza. Capitão Wagner, do União Brasil, lidera a corrida com 33% das intenções de voto, segundo a Paraná Pesquisas. O outro palanque é o capitaneado pelo deputado estadual André Fernandes, do PL, a se apresentar como um "bolsonarista raiz". Ele tem 15%. Wagner, já um velho conhecido do eleitorado cearense, vem disputando sucessivas eleições, sempre sai na frente nos pleitos majoritários, mas termina derrotado, o que lhe rendeu a alcunha de "cavalo paraguaio". Em 2020, por sinal, chegou muito perto da vitória, mas perdeu para Sarto no segundo turno por uma diferença de 3%. Em 2022, foi candidato a governador e terminou em segundo lugar, atrás do petista Elmano de Freitas, eleito no primeiro turno. Neste ano, tenta novamente a prefeitura de Fortaleza e larga com uma vantagem considerável em relação aos rivais.

"Eu considero que a disputa em Fortaleza ainda está em aberto, mas um ponto que chama atenção é a força com que Camilo Santana saiu nas eleições de 2022, o que coloca o PT em um cenário de grande competidor no pleito. E ainda tem um conjunto de outras siglas de peso no estado, a exemplo do PSB, hoje o maior partido no Ceará, o MDB de Eunício Oliveira, o PSD de Gilberto Kassab e Domingos

Neopetista. Ligado a Cid Gomes, o deputado estadual Everaldo Leitão migrou para o PT a convite de Camilo Santana, suplantando o desejo de Luiziane Lins de concorrer

Filho, uma das maiores lideranças locais, que conseguiu emplacar a filha na vice", comenta a socióloga Monalisa Torres, pesquisadora e professora da Universidade Estadual do Ceará. "Temos um palanque muito forte. O político mais bem avaliado é o ministro Camilo Santana. Sem falar no apoio de Cid Gomes e do governador Elmano de Freitas, que está com uma avaliação razoável", observa Costa.

A deputada federal Natália Bonavides é a aposta do PT em Natal, apesar da dificuldade de emplacar a candidatura devido à alta rejeição da gestão Fátima Bezerra, governadora petista em seu segundo mandato. Ela aparece em tercei-

REDES SOCIAIS/PDT12, LUIS FORTES/MEC E REDES SOCIAIS

Fortaleza. Com 18% das intenções de voto, o dobro do rival petista, José Sarto busca a reeleição pelo PDT de Ciro Gomes

ro lugar em recente pesquisa do Instituto Seta, com 15% das intenções de voto, atrás de Paulinho Freire, do União Brasil e candidato do prefeito Álvaro Dias, e do senador bolsonarista Rogério Marinho, que tem 20%. O ex-prefeito Carlos Eduardo, do PSD, lidera a corrida, com 35%. De acordo com Bonavides, nas sondagens internas ela aparece em segundo lugar, com chance concreta de chegar ao segundo turno.

"Nas últimas duas décadas, Natal foi governada por grupos políticos que representam as elites e se revezam no poder. Nossa candidatura tem grande potencial, como não se via há muito tempo no campo popular democrático. Será uma campanha conectada com as ruas, com o sentimento das pessoas. Somos a única candidatura capaz de representar isso. As outras são a continuidade de gestões passadas", diz Bonavides, minimizando o desgaste da gestão Fátima Bezerra, que chega a ter mais de 70% de desaprovação em Natal. "A governadora teve um primeiro mandato difícil, pegou a pandemia e sofreu vários atos explícitos de boicote do governo Bolsonaro. Agora, com a parceria do presidente Lula, a situação tende a melhorar", acredita. "Sabemos que a avaliação de Fátima

Na capital cearense, Evandro Leitão confia na força de Lula e de Camilo Santana para deslanchar nas pesquisas eleitorais

não é das melhores, mas Lula está muito bem no Nordeste. Eu acho que compensa", completa Costa.

Para o cientista político Anderson Santos, professor da UFRN, além de se descolar da baixa popularidade da governadora, o maior desafio de Bonavides será consolidar-se como o nome de oposição ao atual prefeito. "Carlos Eduardo é o principal opositor à gestão Álvaro Dias e Paulinho Freire será o candidato da situação. É difícil ver um segundo turno entre dois candidatos de oposição. Além de que com Carlos Eduardo acontece um fenômeno chamado *recall*, ele já foi prefeito e seu governo foi popular. Há, no entanto, um ponto fraco: ele não demonstra apetite ou disposição para costuras políticas, parece estar muito seguro de sua posição nas pesquisas."

Em João Pessoa, o PT confirmou o nome do deputado estadual Luciano Cartaxo para disputar a capital paraibana. Ex-prefeito por dois mandatos e ex-vice-governador, Cartaxo disputa a segunda colocação nas pesquisas com o ex-ministro da Saúde de Bolsonaro, Marcelo Queiroga, do PL. Em pesquisa divulgada no início de julho pelo Instituto Veritá, o petista aparece com 14,8% e o bolsonarista com 19,5%, empatados tecnicamente, considerando a margem de erro de 3,5 pontos porcentuais. Com 27,9%, o prefeito Cícero Lucena, do PP, busca a reeleição. Em Aracaju, o PT lançou o nome da jornalista Candisse Carvalho, mas a candidatura não está decolando, pontua menos de 3% das sondagens eleitorais. A legenda também investe em cidades-polo como Petrolina, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, e Feira de Santana, Camaçari, Vitória da Conquista e Barreiras, na Bahia. "Teremos um resultado bem razoável no Nordeste", prevê Costa. •

No sufoco

NEOINDUSTRIALIZAÇÃO A política fiscal tenta engolir o desenvolvimento, ao contrário do que ocorre no mundo avançado

POR CARLOS DRUMMOND

Lançado em janeiro por Lula, o Nova Indústria Brasil, programa que pretende conter a desindustrialização crônica e assegurar competitividade às empresa brasileiras, está alinhado às políticas econômicas dos países desenvolvidos, descritas em estudo recente do Fundo Monetário Internacional. A iniciativa já mostra avanços, apesar de apresentar problemas de execução, a exemplo das dificuldades excruciantes impostas pela política fiscal extremamente restritiva, apontam economistas.

O documento *Expandindo Fronteiras: Políticas Fiscais para Inovação e Difusão Tecnológica*, divulgado pelo FMI, circulou no meio acadêmico e foi tema de uma publicação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. O estudo é um reconhecimento de que a política industrial, que sempre foi importante, se fortalece no mundo em uma etapa em que os desafios para consolidação concorrencial e empresarial de médio prazo estão em aberto, no contexto da disputa China *versus* EUA, seguidos de Alemanha, Coreia e Japão.

"Estão todos fazendo política industrial porque buscam reposicionar-se numa nova rodada de acumulação de capital de configuração ainda indefinida. Fica claro que quem não faz política industrial está fora do jogo", alerta o economista José Augusto Gaspar Ruas, professor da Facamp. O texto do FMI traz a ideia de que a política fiscal ganha importância. O primeiro aspecto a considerar, sublinha Ruas, é que a reforma tributária aprovada no Brasil é pró-indústria, ou seja, traz perspectivas de um cenário melhor por criar um contexto em que a carga tributária e a bitributação serão reduzidas nesse setor. Além disso, há alguns instrumentos na área fiscal, como a Lei do Bem, e outros mecanismos de subvenção que foram criados e funcionam, organizados pelo Estado brasileiro para promover a inovação.

"A questão é como articular a pesquisa básica com a produção de uma tecnologia que seja transferida e apropriada pelo setor produtivo nacional. Isso é o mais difícil e depende muitas vezes da presença de grandes empresas capazes de absorver essa tecnologia de modo proprietário. Os países desenvolvidos montam programas setoriais articulados com as suas grandes empresas. No Brasil, parece que se pretende fazer política de inovação sem ter grandes empresas", dispara o professor da Facamp. O que acontece, acrescenta Ruas, é que se constrói uma companhia de base tecnológica, ela é comprada por uma firma estrangeira e essa tecnologia criada no País vira propriedade de alguém em um país desenvolvido. A consequência é uma bai-

INSTITUTO BUTANTAN/GOVSP E DIOGO ZACARIAS/MF

Haddad e Alckmin. O cenário é mais adverso do que nos governos anteriores de Lula

Alternativas. É possível usar o poder de compra do SUS para fortalecer o complexo econômico-industrial da saúde

xa capacidade de difusão dessa tecnologia no nosso território.

A maldição criada sobre as grandes empresas, não só as estatais, é uma peculiaridade brasileira insuflada pela Lava Jato, aponta Ruas. A ideia das "campeãs nacionais" do BNDES foi malhada até o seu túmulo, mas, apesar dos seus equívocos, tinha muitos pontos corretos. O histórico dos países asiáticos, e mesmo o dos europeus, nos anos 1990, mostra que todos fizeram políticas deliberadas de consolidação de grupos locais, nacionais e regionais na Europa, com fusões entre eles, para constituir grandes grupos com possibilidade de disputar os setores globalmente.

Sem essas empresas, não há como articular a produção com a apropriação em larga escala internacionalizada. Em consequência da Lava Jato, sublinha o economista, "hoje todos os documentos oficiais contêm a ressalva de que não se pode personalizar, que é indispensável fazer formulações para todas as empresas. A chance de isso dar certo é menor". A nossa sorte, prossegue Ruas, é ainda termos grandes grupos nos setores de petróleo, energia e farmacêutico, que é parte do complexo econômico-industrial da saúde, um subproduto também das políticas anteriores.

O FMI fala da importância não só da política industrial, mas também da pesquisa básica, e é preciso levar em conta que seu financiamento é quase totalmente público. Apenas o financiamento à pesquisa, entretanto, não resolve, é preciso articular isso com as empresas, observa o economista Saulo Abouchedid, professor da mesma faculdade.

A área da saúde ganha destaque no Nova Indústria Brasil e é um exemplo de realização das perspectivas trazidas por esse programa. O Estado vai conectar o seu poder de compra do SUS entre a empresa nacional e a estrangeira. A garantia de aquisição de determinado medicamento estimula a fabricante estrangeira detentora

O incentivo estatal às "campeãs nacionais", malhado até o túmulo a partir da Lava Jato, tinha muitos acertos

de tecnologia a transferir a mesma para uma empresa nacional que irá desenvolvê-la. As Parcerias de Desenvolvimento Produtivo, que já existiam, são um recurso de política industrial que visa transferir tecnologia e situa o desenvolvimento tecnológico em parcerias entre empresas.

"Não é um desenvolvimento tecnológico solto. A saúde já tinha essas parcerias desde 2009, houve um período muito crítico depois de 2015, o governo Bolsonaro abandonou as políticas de desenvolvimento tecnológico na saúde. Isso voltou com todo ímpeto no atual governo, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação", ressalta Abouchedid.

A partir da contestação chinesa à liderança ocidental na crise de 2008, dos limites do modelo liberal, da falta de resiliência nas cadeias mostrada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, ficou mais clara a necessidade de recolocar a indústria no centro, diz o economista Antônio Carlos Diegues, professor do Instituto de Economia da Unicamp. Foi nesse contexto que a indústria e a política industrial voltaram com força. "Cria-se uma percepção de que a política industrial é um instrumento para a sobrevivência dos Estados no longo prazo, como sempre foi, é óbvio, mas agora isso fica mais explícito, na retórica, dadas as ameaças mencionada."

O problema, ressalta o professor da Unicamp, é que países centrais e órgãos multilaterais estão embebidos numa ideia de que a política industrial, tecnológica, de inovação, é muito complexa, tem de ser muito benfeita, e utilizam a retomada dessas políticas nesses países

como uma forma de negá-las em outros países. Há um preconceito de que essas políticas não são adequadas para os países emergentes, que não conseguem fazer direito, têm corrupção, ineficiência, aquele discurso convencional. E ajuda a explicar por que há tanta oposição à política industrial, em contraposição a uma política fiscal, que seria mais austera.

Nesse sentido, sublinha Diegues, a política fiscal tem de ser aderente, dentro de alguns limites, a uma política industrial e tecnológica de longo prazo, porque é uma das dimensões para financiar o investimento, que é instrumento da inovação e da transformação. Isso se faz com incentivo tributário, crédito financeiro, mas também tem um impacto das expectativas em geral. O país não pode ter uma situação fiscal descontrolada, ou percebida como tal, pois isso também impacta o investimento.

Uma segunda dimensão do impacto da política fiscal na política industrial e na inovação é o financiamento de programas de Estado, não de governo. É a ideia que os países avançados e a China realizam muito bem, de ter alguns programas que perpassam os governos. "Por exemplo, programas de financiamento à atualização produtiva e tecnológica e modernização das pequenas e médias empresas, que é o que temos agora no programa Brasil Mais Produtivo, turbinado com a nova política industrial. Só que os EUA têm isso há décadas", diz o economista. Esse é um programa necessário e é preciso ter uma política fiscal compatível.

Diegues considera mais difícil ter legitimidade em outros setores, como Inteligência Artificial ou inovação verde, junto à população, porque os efeitos são de longo prazo, mas há menos restrições internacionais devido à janela de oportunidade pós-pandemia, que o País tem de aproveitar no sentido de estabelecer parcerias entre as empresas nacionais, multinacionais, laboratórios de pesquisas, SUS, e incentivar a transferência de tecnologia e construir capacitações.

"Temos as tecnologias para as áreas de energia eólica e solar, que funcionam muito bem. A tecnologia a gente não domina em solar, que é mais complicada. Desde 2003, com um programa de leilões direcionados no governo Lula, para incentivar essas tecnologias, criou-se um mercado relevante em eólica, e também em solar, que já tem um impacto bastante significativo na descarbonização", observa Ruas. "Quanto aos automóveis, há a ideia do híbrido flex, que tem uma pegada de carbono menor, e foi bem desenhada, no Nova Indústria Brasil, toda a política de transição para os veículos elétricos, com mecanismos de incentivo para a nacionalização, para pesquisa e desenvolvimento, para investimento em determinadas áreas, crédito financeiro para investimento. Isso está dando resultado, é só olhar os investimentos no setor de automóveis para os próximos anos."

O economista observa, ainda, a existência de problemas concretos que dificultam o avanço do programa: "Algumas coisas estão muito mais complicadas do que nos governos Lula anteriores. A primeira é o estigma sobre a política industrial como um todo e sobre as grandes empresas nacionais, execradas por conta da Lava Jato. A segunda é essa agenda fiscal atroz, a amarrar as iniciativas de investimento e de articulação desse gasto público, que poderia funcionar como demanda para iniciativas da política industrial nessas missões. Por mais que o governo empenhe maior energia hoje e tenha mais conhecimento, ele tem muito mais restrições do que tinha no passado para articular uma política industrial com inovação". •

Assistência. O programa Mover atraiu investimento recorde das montadoras estrangeiras. A inovação nas pequenas indústrias depende de políticas públicas

GWM GLOBAL E DANILO MEDINA

Succession da vida real

TheObserver A briga de foice na sucessão de Rupert Murdoch em seu império de mídia parece uma recriação do seriado da HBO

POR LAUREN ARATANI

Um bilionário idoso entra em guerra com seus filhos adultos pelo futuro de seu império de mídia. Seu único aliado é o filho mais velho, coroado líder do empreendimento paterno após anos de conflitos com os irmãos. Ao escolher um sucessor, o patriarca rejeita três outros filhos, que continuam sendo ameaças: quando ele morrer, cada um deles terá tanto poder quanto o filho mais velho para moldar suas empresas, potencialmente contrariando as ideologias de direita que as guiaram durante décadas.

Longe dos olhos do público, ele faz um movimento dramático. Para entregar o controle ao primogênito, o magnata silenciosamente lança uma proposta extraordinária para alterar o *trust* definido para dar influência aos outros três herdeiros após a sua morte. Mas eles estão prontos para lutar. Isso pode soar parecido com o seriado *Succession*, da HBO, mas é a vida imitando a arte – que, por sua vez, estava imitando a vida.

Rupert Murdoch, de 93 anos, o bilionário dono da News Corp e da Fox Corporation que ajudou a inspirar o programa, está tentando dar ao seu filho mais velho, Lachlan, o controle total de seus veículos de mídia após sua morte. Embora os outros filhos adultos – James, Elisabeth e Prudence – devam receber partes iguais dos lucros da companhia, eles não teriam poder de decisão sobre as empresas após a morte do ancião.

Essa batalha é, de fato, maior que qualquer coisa apresentada em *Succession*, de acordo com Robert Thompson, um estudioso de mídia na Universidade de Syracuse, no estado de Nova York. "Este é, possivelmente, o canal de comunicação de língua inglesa mais influente no mundo", afirma, referindo-se à News Corp e à Fox. "Como isso acabará terá um impacto real e significativo para as pessoas reais que vivem no planeta Terra."

A News Corp é dona de mais de cem jornais grandes e locais, incluindo o *Wall Street Journal* e o *New York Post*, nos Estados Unidos, assim como o *Times* e o *Sun* no Reino Unido. Enquanto isso, a Fox é a controladora da Fox News, principal rede de TV a cabo conservadora dos EUA, com milhões de espectadores.

A briga jurídica dos Murdoch desenrolou-se em segredo durante meses –

Aparências. Não se enganem com os sorrisos estampados no retrato familiar

até quarta-feira 24, quando veio à tona. O *New York Times* noticiou a decisão de um comissário de sucessões de Nevada, que está sob sigilo, de que Murdoch pode reformular o *trust* irrevogável de sua família se puder provar que a mudança está sendo feita de boa-fé e beneficia seus herdeiros. A decisão monta o cenário para um julgamento de alto nível sobre o futuro de sua vasta gama de interesses na mídia, com Murdoch e os três filhos agendados para brigar no tribunal em setembro.

Ambos os lados, de acordo com o *New York Times*, aumentaram o número de advogados de renome. William Barr, ex-procurador-geral dos EUA, está ajudando Murdoch a reescrever o fundo, e ele também contratou Adam Streisand, advogado de julgamentos que trabalhou em casos de espólio envolvendo Michael Jackson e Britney Spears.

A rixa parece ter cobrado um preço da família. Quando Rupert se casou com sua quinta esposa, no mês passado na Califórnia, Lachlan teria sido o único dos quatro filhos mais velhos presente. Os outros dois também teriam se afastado. Com Lachlan como sucessor de seu pai, a Fox News e a News Corp continuarão sendo uma força conservadora. Mas, sob a estrutura atual do *trust*, os outros três irmãos, considerados mais moderados politicamente, podem reagir.

Murdoch parece interessado em evitar essa perspectiva. O conservadorismo tem sido a espinha dorsal de seu império desde o início, e provou ser notavelmente lucrativo. Embora o magnata tenha formado relações bem-sucedidas com figuras conservadoras poderosas na Austrália e no Reino Unido, foi somente com a ascensão de Donald Trump que ele teve laços estreitos com a Casa Branca. Embora a Fox inicialmente desdenhasse de Trump, a rede logo se tornou seu megafone mais poderoso. Murdoch, por sua vez, teve acesso direto a um comandante em chefe.

Nem todos os filhos de Murdoch ficaram felizes com isso. Durante a presidência de Trump, Elisabeth, Prudence e James começaram a se afastar da política do pai. Quando Roger Ailes, ex-CEO da Fox, deixou a empresa em 2016, após várias denúncias de assédio sexual, James supostamente acreditou que poderia conduzir a rede em outra direção, trazendo um executivo experiente que era menos ideólogo. Em vez disso, o Murdoch mais velho assumiu como presidente.

Espinha dorsal do conglomerado, o conservadorismo também é muito lucrativo. Em 2023, a Fox faturou 14,9 bilhões de dólares

No verão de 2020, James – que já foi um executivo sênior da News Corp – anunciou que estava se demitindo do conselho administrativo por "desentendimentos sobre certos conteúdos editoriais". Ele e sua mulher, Kathryn, foram veementes sobre a crise climática e pareciam ressentir-se do negacionismo da Fox News e da News Corp.

"Nós discutimos política desde que eu era adolescente", disse James sobre seu pai ao *New York Times*, em 2020. Nesse ano, James e sua mulher doaram mais de 600 mil dólares para a campanha do presidente Joe Biden.

Murdoch, afinal, coroou Lachlan como seu sucessor. Embora Lachlan não fale publicamente sobre suas ideias políticas pessoais, segundo relatos elas geralmente inclinam-se mais para o conservadorismo do que as de Rupert. E, embora Lachlan pareça menos interessado do que o pai em influência política, ele importa-se com lucros. Trump tem sido lucrativo.

Espelho. Ao assistir à popular série da HBO, os integrantes da família Murdoch talvez enxerguem o próprio reflexo

HBO/MAX E REDES SOCIAIS/FOX NEWS

Depois que Trump perdeu a eleição, em 2020, seu relacionamento com a rede azedou. A Fox News estava relatando que Biden tinha vencido, apesar das alegações desenfreadas de interferência feitas por Trump. "É muito triste ver isso acontecer", tuitou Trump na época. "Mas eles esqueceram o que os tornou bem-sucedidos, o que os levou até lá. Eles esqueceram a galinha dos ovos de ouro."

O que é bom para os pontos de audiência é bom para os negócios da Fox, e o que é bom para os negócios é bom para os herdeiros de Murdoch – era o que o juiz tinha em vista ao conceder a Murdoch a capacidade de alterar o fundo irrevogável. "É isso mesmo, você pode provar o que é do melhor interesse da empresa? Você pode provar que outra coisa é do melhor interesse da empresa?", disse Zachary Kramer, reitor da Faculdade de Direito da Universidade Elon e especialista em direito fiduciário e patrimonial. "Esta será a posição de Rupert Murdoch: 'Queremos tomar decisões que sejam do melhor interesse da empresa, porque, se a empresa for bem-sucedida, os beneficiários se sairão melhor ainda'."

James, Elisabeth e Prudence podem argumentar que apoiar Trump não foi tão bom para a rede. Em 2021, a Dominion processou-a por 1,6 bilhão de dólares em um caso de difamação, depois que aliados de Trump na rede disseram que a empresa de equipamentos de votação participou de um complô para fraudar a eleição em 2020.

A Fox News acabou fechando um acordo com a Dominion por 787,5 milhões de dólares, embora a soma tenha sido uma ninharia em comparação com os 14,9 bilhões em receita que a companhia como um todo obteve durante o ano fiscal de 2023.

No último ano, as relações entre Trump e a Fox parecem ter descongelado. Trump liga para os programas com mais frequência e o canal organizou uma palestra com ele no começo do ano. A influência da família Murdoch mudou nos últimos anos. Há novos *players* de mídia, como a Newsmax, e outros bilionários influentes estão cortejando Trump, como Elon Musk, dono da X, que está injetando milhões na campanha de Trump.

O próprio Murdoch foi visto basicamente à margem da convenção nacional republicana em julho em Milwaukee. "Houve um tempo em que, se você quisesse sobreviver no Partido Republicano, tinha de se curvar a ele ou a outros", disse Donald Trump Jr. num evento na convenção. "Eu não acho que isso ainda aconteça." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Das mansões para as florestas

The Observer Taxar os muito ricos seria um caminho para financiar o combate às mudanças climáticas

POR FIONA HARVEY

As propostas para a aplicação de um imposto sobre as fortunas dos super-ricos do mundo poderiam render 250 bilhões de dólares (o equivalente a 1,4 trilhão de reais) por ano para enfrentar a crise climática e combater a pobreza e a desigualdade e afetariam apenas um pequeno número de famílias bilionárias, segundo a chefe da agência de mudança climática do Brasil.

Ministros do G-20, grupo das maiores economias desenvolvidas e emergentes do mundo, reunidos no Rio de Janeiro, discutiram, entre outros itens, a proposta brasileira de um imposto de 2% sobre a riqueza daqueles que possuem ativos avaliados em mais de 1 bilhão de dólares. Nenhum governo se manifestou contra o imposto, afirmou Ana Toni, secretária nacional para Mudanças do Clima, ligada ao Ministério do Meio Ambiente do presidente Lula. "Nossa sensação é de que, moralmente, ninguém é contra", disse a *The Observer* numa entrevista. "Mas o nível de apoio de alguns países é maior que o de outros."

A falta de oposição declarada não significa, no entanto, que a proposta de tributação provavelmente será aprovada. Muitos governos são céticos em particular, mas não estão dispostos a criticar em público um plano que cortaria uma pequena parte da riqueza acumulada rapidamente pelos poucos mais ricos do planeta e arrecadaria fundos para lidar com a urgente emergência climática global. Janet Yellen, secretária do Tesouro dos Estados Unidos, disse a jornalistas no Rio que seu país "não vê a necessidade" de uma iniciativa global. "As pessoas não estão interessadas em impostos globais", admitiu Toni. "E há uma questão sobre como implementá-los." Cobrar e aumentar um imposto globalmente, avalia a secretária, é possível, como foi demonstrado pelo acordo dos ministros das Finanças do G-7 para uma taxação corporativa mínima de 15%. "Deveria ser em nível global, pois senão, obviamente, os ricos vão se mudar de um país para outro".

Apenas cerca de cem famílias em todo o mundo seriam afetadas pela taxa proposta de 2%, acrescentou Toni. O 1% mais rico do mundo acrescentou 42 trilhões de dólares à sua riqueza na última década, aproximadamente, 36 vezes mais do que a metade inferior da população mundial.

> Um imposto global sobre as grandes fortunas renderia 250 bilhões de dólares por ano

A questão de como os fundos arrecadados por essa tributação deveriam ser gastos também não foi resolvida, observou a brasileira. Segundo alguns economistas, haveria maior probabilidade de aceitação da ideia se os fundos obtidos fossem destinados à solução da crise climática do que se usados para combater a desigualdade global. Para outros es-

O Brasil propôs um imposto de 2% sobre a riqueza de bilionários para preservar biomas

JOÉDSON ALVES/ABR

pecialistas, ao menos parte do dinheiro deveria ser usada para aliviar a pobreza.

Toni esteve em Londres na sexta-feira 26 para uma reunião convocada pelo secretário de Energia, Ed Miliband, com os anfitriões das próximas duas cúpulas climáticas da ONU, Brasil e Azerbaijão. O Brasil sediará a conferência COP-30 na cidade amazônica de Belém do Pará em 2025, enquanto a COP-29 ocorrerá durante duas semanas, em novembro próximo, em Baku, capital do Azerbaijão. Miliband encontrou-se com Toni e Mukhtar Babayev, presidente da COP-29, na Lancaster House, em Londres, juntamente com Alok Sharma, o ex-ministro britânico conservador que presidiu a conferência COP-26 em Glasgow, em 2021. Depois, eles se juntaram ao rei Charles III para uma recepção de líderes climáticos e empresariais na Clarence House.

Miliband confirmou na reunião que a contribuição do Reino Unido à ajuda climática de 11,6 bilhões de libras (cerca de 84 bilhões de reais) para o mundo em desenvolvimento até 2026 será mantida. O governo anterior havia considerado renegá-la. Grupos da sociedade civil no Sul Global aplaudiram o anúncio. Mas Toni disse que o Reino Unido deveria ir além e apresentar um plano novo, mais rigoroso, para reduzir as emissões.

Pelo Acordo de Paris de 2015, todos os países são obrigados a apresentar novos planos de redução de carbono, conhecidos como contribuições nacionalmente determinadas (NDCs na sigla em inglês), no início do próximo ano, bem antes da COP-30. Toni apontou para a última COP, em Dubai, em dezembro passado, quando os países concordaram com uma "transição para abandonar" os combustíveis fósseis, a fim de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 grau Celsius acima dos níveis pré-industriais. Ela elogiou os planos trabalhistas de parar de licenciar novos campos de petróleo e gás no Mar do Norte. "Todos decidimos, juntos, a transição para abandonar os combustíveis fósseis e esta é a hora de implementar o que dissemos. Os países desenvolvidos precisam liderar o caminho. Parar de financiar a extração de petróleo e gás é o primeiro passo", afirmou.

O Brasil tem expandido sua produção de petróleo e gás e Toni argumentou que as nações mais pobres deveriam ter permissão para continuar a produzir e usar combustíveis fósseis por mais algum tempo, enquanto os países desenvolvidos deveriam restringir o seu consumo. "Toda renda para alguns países em desenvolvimento é vital demais", avalia. "Para algumas economias, é sua única renda. Então, precisamos pensar em como essa transição aconteceria."

O Reino Unido poderia auxiliar com sua *expertise* em finanças, acredita a brasileira. "Precisamos colocar todas as nossas mentes criativas nisso. O Reino Unido é especialmente criativo em finanças. Estamos ansiosos para trabalhar com o governo do Reino Unido em um novo mecanismo financeiro para enfrentar o clima, mas também para preservar a natureza." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

A dança da memória

PATRIMÔNIO Os jongueiros querem incluir, na rota turística do Vale do Café, no Rio, a história dos negros apagada pelos fazendeiros

POR ANA PAULA SOUSA, DE PINHEIRAL*

No palco montado sobre o antigo terreiro de café da Fazenda São José dos Pinheiros, em Pinheiral (RJ), cidade rodeada de verde e cortada por uma ferrovia, mestre Jefinho, de Tamandaré (SP), pega o microfone e diz:

— A gente só tá aqui porque os nossos tataravós fizeram rodas de jongo, e fizeram neste lugar aqui. Se engana quem chega numa roda nossa e acha que a gente tá só dançando. O jongo é uma forma de luta.

A fala ecoa outras tantas ouvidas no 3º Encontro de Jongos, realizado no sábado 27, defronte às ruínas daquela que foi uma das maiores fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense no século XIX. O evento reuniu cerca de 400 lideranças quilombolas de 18 comunidades do Rio e de São Paulo que fizeram um cortejo, cantaram, dançaram e tocaram tambores. Mestra Memeia, no mesmo palco, lembrou:

— Temos aqui famílias que são descendentes diretas de escravizados que trabalharam aqui.

As questões ligadas à memória e aos direitos de reparação são o pano de fundo do

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 54
Balé Thiago Soares apresenta um novo espetáculo em São Paulo

Roda e fogueira. Realizado no antigo terreiro de café da Fazenda São José dos Pinheiros, uma das maiores do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX, o 3º Encontro do Jongo reuniu cerca de 400 lideranças quilombolas do Rio de Janeiro e de São Paulo

KAREN EPPINGHAUS

projeto ali anunciado: a criação, naquele pedaço de terra, de um parque temático sobre a história do negro no Vale do Café.

Não muito longe dali, em cidades como Vassouras, Valença e Barra do Piraí, acontecia, no mesmo fim de semana, o Festival Vale do Café, que celebra a memória dessa que foi uma das regiões mais opulentas da época do Império.

Na programação, as referências a barões e viscondes misturavam-se à descrição da arquitetura das casas-sede, com seus "belos jardins", e de objetos originais, como bengalas, cartolas e porcelanas.

É a esse turismo da casa-grande que os jongueiros esperam, a partir do Parque das Ruínas, fazer frente. "Queremos criar um roteiro afro que bata de frente com o roteiro das fazendas", diz, de forma direta e ao mesmo tempo suave Maria de Fátima da Silveira Santos, a mestra Fatinha, irmã de Memeia.

Durante a entrevista, ela recorda-se de que, em 2017, uma fazenda de Vassouras chegou a ter de assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC), proposto pelo Ministério Público Federal, por colocar pessoas negras, vestidas como escravas, para servir o chá aos turistas.

Fatinha, Memeia e uma terceira irmã, Gracinha, foram criadas no jongo e do jongo fizeram sua missão. "Venho de uma família muito consciente sobre o que é ser negro", diz Fatinha. "Em Pinheiral sempre se dançou o jongo: em casamentos, batizados, festas juninas, em todo lugar."

Professora aposentada de Educação Física, Fatinha é uma das criadoras do Centro de Referência e Estudos Afro do Sul Fluminense (Creasf), fundado em 1998 com o objetivo de trabalhar o jongo em conjunto com a educação.

O Jongo do Pinheiral, além de espelhar a luta racial, carrega um pouco da história da constituição do patrimônio imaterial brasileiro e das políticas cul-

Protagonismo. "Queremos criar um roteiro afro que bata de frente com esse roteiro das fazendas", diz mestre Fatinha, jongueira e ativista. Acima, uma fazenda em Vassouras (RJ)

turais voltadas às comunidades tradicionais. A Creasf ganhou o segundo edital do programa Cultura Viva, criado em 2004 pelo Ministério da Cultura (MinC).

Nesse mesmo ano, o jongo foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O conceito de patrimônio imaterial nasceu com a Constituição Federal de 1988 e foi regulamentado por meio um decreto de 2000.

Esse patrimônio, como explica Evandro Luiz de Carvalho, diretor do Departamento Imaterial do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, se constitui de uma série de saberes e fazeres que têm relação com a comunidade. "São práticas e saberes de caráter intangível, que se manifestam na performance. Ao vocalizar que tal prática é um patrimônio, você atribui valor a ela", diz.

Paulo Vidal, superintendente regional do Iphan no Rio, que também esteve em Pinheiral, observa que, do valor simbólico, derivam outros: "O apoio a comunidades tradicionais gera emprego, movimenta a economia local, traz sentimento de pertencimento e mantém a população fora dos grandes centros. O prefeito falou que os hotéis da cidade estão lotados hoje".

O Parque das Ruínas foi uma das sete propostas premiadas no PAC Seleções do Rio, viabilizado com a Lei Paulo Gustavo. Os recursos servirão para a elaboração do projeto de criação do parque, que prevê restaurante, carro de boi, feira de produtos artesanais e alimentares, biblioteca, escola de jongo e museu.

Para o superintendente do Iphan, o simbolismo desse projeto é imenso e insere-se em algo maior, que é o processo de institucionalização da memória da diáspora africana no Rio de Janeiro. A Fazenda São José dos Pinheiros, segundo ele, liga-se, por exemplo, ao Cais do Valongo, o porto que mais recebeu africanos escravizados das Américas.

> **"Se engana muito quem chega numa roda nossa e acha que a gente tá só dançando. O jongo é uma forma de luta", diz mestre Jefinho**

"Mesmo após a abolição, a família Breves, dona da fazenda, seguiu traficando escravos", conta. "A partir daí, em vez do Cais do Valongo, eles eram desembarcados em Mangaratiba, o local de chegada dos africanos trazidos ilegalmente."

São histórias como essa que os jongueiros desejam tornar conhecidas. "Este parque vai contar o papel do negro na construção do Vale do Café e do próprio Brasil. A riqueza daquele período foi construída com o trabalho dos negros. Também queremos mostrar a potência do jongo para o turismo étnico", diz Marcos André Carvalho, idealizador do evento e ligado ao jongo do Morro da Serrinha, em Madureira.

As leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que estabelecem cotas para minorias, são vistas por muitos como uma nova janela de oportunidade para projetos ligados às manifestações afro-brasileiras. •

**A jornalista viajou a convite do 3º Encontro de Jongos do Vale do Café.*

REDES SOCIAIS E MÔNICA RAMALHO

A beleza hipnótica dos vulcões

CINEMA *O FOGO INTERIOR: UM RÉQUIEM PARA KATIA E MAURICE KRAFFT*, FILME DE ABERTURA DA MOSTRA ECOFALANTE, CONGREGA ALGUNS DOS TEMAS-FETICHE DO DIRETOR WERNER HERZOG

No recém-lançado livro *Cada Um Por Si e Deus Contra Todos: Memórias* (Editora Todavia, 368 págs., 99,90 reais), fica claro o fascínio do diretor alemão Werner Herzog por missões exploratórias, sejam elas espaciais, terrestres ou submarinas, e por aventureiros de diferentes perfis.

O Fogo Interior: Um Réquiem para Katia e Maurice Krafft, que abriu a 13ª Mostra Ecofalante de Cinema, em São Paulo, na quarta-feira 31, é, nesse sentido, um "puro Herzog".

Katia e Maurice, os protagonistas do documentário, morreram, com outras 41 pessoas, envoltos no "fluxo piroclástico" decorrente da erupção de um vulcão, no Monte Unzen, no Japão, em 1991.

O filme, que está disponível desde março no *streaming*, na plataforma Aquarius, foi construído a partir das 200 horas de filmagens produzidas pelos vulcanólogos ao longo de suas vidas. Herzog, como fez em outras vezes, as articula a partir da própria narração, em *off*, e de uma montagem que atribui significados a tudo aquilo.

Logo no início do documentário, ouvimos Maurice, um dia antes de morrer, dizer a um jornalista: "Nunca tenho medo, porque eu vi tantas erupções nos últimos 25 anos que, se eu morrer amanhã, não me importo".

Mais adiante, Herzog reflete sobre sua matéria-prima de seu ensaio visual: "Eles não são mais vulcanólogos. São artistas que nos levam, a nós espectadores, para um reino de estranha beleza".

Trata-se, de certa forma, da mesma estranha beleza vista por ele nos astronautas que protagonizaram *Além do Azul Selvagem* (2005); no voo de esqui mostrado em *O Grande Êxtase do Entalhador Steiner* (1974); ou nas imagens da Caverna Chauvet retratadas em *A Caverna dos Sonhos Esquecidos* (2010).

Streaming. O documentário sobre os dois vulcanólogos está disponível na plataforma Aquarius

MUBI

A natureza em estado bruto e a relação do homem com ela são elementos fundantes do cinema de Herzog, que está com 81 anos. Não por acaso, ele é um nome-chave da Ecofalante, uma vitrine para as produções ligadas às temáticas socioambientais no País.

Em sua sétima edição, o festival promoveu uma retrospectiva com 18 trabalhos do diretor de filmes como *Também os Anões Começam Pequenos* (1969), *O Enigma de Kaspar Hauser* (1974), *Fitzcarraldo* (1982) e *O Homem Urso* (2005).

Na edição deste ano, 122 títulos vindos de 24 países serão exibidos gratuitamente em diferentes salas de São Paulo, até o dia 14 de agosto. •

-por Ana Paula Sousa

A volta dos dois irmãos

MÚSIDA Passadas quatro décadas do último show em dupla, Caetano Veloso, 81 anos, e Maria Bethânia, 78, sobem juntos ao palco em nova turnê pelo País

POR AUGUSTO DINIZ

Em seu álbum mais melancólico, *Caetano Veloso*, produzido no exílio em Londres e lançado em 1971, o artista interpreta, na terceira faixa do lado A do disco, cantado quase todo em inglês, *Maria Bethânia*. Na canção, de sua autoria, ele pedia que a irmã enviasse, por carta, notícias do Brasil.

Berré – apelido que Bethânia tinha na infância –, havia, nesse mesmo ano, lançado o álbum *A Tua Presença*. No disco, gravado em estúdio, ela canta *Mano Caetano*, composta especialmente por Jorge Ben Jor para lembrar o amigo então distante: *Ele vem sorrindo, ele vem cantando/ Ele vem feliz, pois ele vem voltando/ Lá vem o mano Caetano.*

Caê, o mano de Berré, retornaria ao País no ano seguinte e produziria *Drama – Anjo Exterminado* (1972), considerado por muitos o melhor registro fonográfico da

cantora. O trabalho traz aquela que é a primeira composição gravada assinada pelos dois, *Trampolim*, e marca também o início da exploração da aura teatral da intérprete, capaz de modular sua intensa voz em diferentes tons e cores. Nesse mesmo ano, Caetano lança o emblemático *Transa*.

Quatro anos depois, os dois irmãos se juntariam aos amigos Gilberto Gil e Gal Costa (1945-2022) para formar o grupo que deu origem ao disco *Doces Bárbaros – Ao Vivo* (1976), um enredo musical livre e profícuo, de quatro artistas que, apesar da pouca idade, já eram considerados brilhantes.

Em 1978, Caetano e Bethânia voltariam a sair juntos em turnê, mas só os dois. A turnê começou tímida, mas cresceu, e o show ganhou um registro fonográfico, composto de músicas de sucesso e de lembranças da infância: *Maria Bethânia e Caetano Veloso ao Vivo*.

Foi com a capa desse disco nas mãos que, no início de julho, Caetano, 81 anos, e Bethânia, 78 anos, postaram nas redes sociais uma foto na qual apareciam juntos. Com o roteiro do espetáculo em construção, o *post* perguntava, deixando a resposta no ar, se alguma canção do disco de 1978 entraria no *setlist* dos shows anunciados em março.

A reposta começará a ser dada no sábado 3, data de início da turnê que começa pelo Rio de Janeiro e vai percorrer, até o fim do ano, estádios e grandes palcos de dez capitais do País, com o público total pagante, até o momento, de mais de 320 mil pessoas.

Não é difícil apostar que a grandiosa turnê *Caetano&Bethânia* terá como repertório majoritário o período que vai do reencontro musical dos irmãos, em 1972, até o fim do decênio. O período foi, inclusive, o mais exuberante de ambos na música.

FERNANDO YOUNG

Lembranças. Foi com a capa do disco *Maria Bethânia e Caetano Veloso ao Vivo* (1978) em mãos que os artistas deram a largada à divulgação do show

Já no início da carreira, Caetano compunha para ela. Foram, até hoje, mais de 30 canções

Nos anos 1970, eles lançaram discos estonteantes. Caetano gravou *Qualquer Coisa* (1975), *Bicho* (1977) e *Cinema Transcendental* (1979). Já Bethânia, *Pássaro Proibido* (1976), *Álibi* (1978) e *Mel* (1979).

No início da década anterior, ainda em Salvador, Caê e Berré davam juntos os primeiros passos na arte musical, nos shows *Nós, por Exemplo* e *Nova Bossa Velha, Velha Bossa Nova*, com a participação de Gal Costa, Gilberto Gil e Tom Zé.

Em fevereiro de 1965, Bethânia, acompanhada de Caetano, desembarcou no Rio de Janeiro para substituir a cantora Nara Leão no espetáculo músico-teatral *Opinião*. Com uma interpretação marcante e arrebatadora, onde pôde mostrar toda a sua verve dramática, a baiana inaugurava sua reluzente carreira profissional.

Nesse mesmo momento, ela lançava *Maria Bethânia* (1965), seu primeiro álbum, e dois compactos, um deles sobre a obra de Noel Rosa (1910-1937). Nessas gravações, já apontava seu interesse no cancioneiro tradicional.

Caetano, enquanto isso, mostrava-se inquieto, envolvendo-se em um processo criativo engajado, que desaguaria na Tropicália, movimento do qual a irmã não quis participar. As diferenças poderiam sugerir uma divergência entre ambos, mas a separação foi mesmo de estilo.

A ligação musical dos irmãos aos olhos do público, nesse período, deu-se por meio de sete composições de Caetano gravadas por Bethânia em três álbuns solo de estúdio, de 1965 a 1971, com a cantora já trilhando o caminho das músicas sentimentais e românticas, que marcariam sua trajetória.

Os irmãos de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, não são uma dupla musical, mas se interligam organicamente desde o processo de criação musical até a representação no palco.

Desde o início da carreira, em Salvador, Caetano Veloso pôs-se a fazer música para que a irmã as cantasse. Foram mais de 30 canções feitas sob medida ao longo da carreira.

O artista possui uma forma múltipla de compor, caracterizada por ideias sensoriais e imagéticas, com estruturação melódica e rítmica penetrante. Mas ganhou uma parcela do reconhecimento composicional poético a partir da voz monumental da irmã, em canções como *Tigresa*, *O Quereres*, *A Tua Presença Morena*, *Motriz*, *Sete Mil Vezes* e *Reconvexo*.

Nos caminhos dessa irmandade une-se também o profundo sentimento de brasilidade, onde se entrelaça a fé de ambos, exposta tão bem por Maria Bethânia no álbum *Brasileirinho* (2003), em um passeio por canções – inclusive do irmão – do Brasil profundo e sincrético.

Caetano, mais agudo, no seu último lançamento, *Meu Coco* (2021), mostra um Brasil perturbador, mas esperançoso. Na faixa que fecha o disco, *Noite de Cristal*, feita por ele para Bethânia gravar – o que aconteceu no álbum *Maria* (1988) –, ele atendeu a um pedido dela de regravação. Diz a letra: *Dias de outras cores/ Alegrias/ Para mim/ Pro meu amor/ E meus amores*.

Os filhos de Dona Canô são convergentes. A turnê deve enfatizar essa simbiose – ao menos, ao olhar do público, que terá à sua frente uma história de quase 80 anos de convivência profunda e riquíssima. •

Um corpo sempre em expansão

PROTAGONISTA Thiago Soares, ex-estrela da Royal Ballet, questiona, no espetáculo *Último Ato*, a ideia de prazo de "validade" habitualmente imposta aos dançarinos

POR AMANDA QUEIRÓS

Quando decidiu renunciar ao título de primeiro-bailarino da companhia britânica Royal Ballet, em 2019, o carioca Thiago Soares queria liberdade para experimentar novos projetos, mas tinha algumas premissas a seguir. Uma delas era não abandonar o ritual diário de aulas de balé.

Sem as atribuições de um cargo fixo, sua relação com a técnica e o próprio corpo mudou. "Meus amigos dizem que estou melhor. Achava que era piada, mas depois entendi o que eles queriam dizer", afirma. Aos 43 anos, o artista usa a maturidade a seu favor.

Se o corpo não é o mesmo de duas décadas atrás, os treinos tornaram-se mais eficientes para atender ao grau de exigência que ele e o público esperam de quem permaneceu por uma década e meia no topo de uma das mais prestigiadas companhias de dança do mundo.

Essa bagagem é o combustível de *Último Ato*, espetáculo idealizado e estrelado por Soares, com temporada que vai da sexta-feira 2 até 18 de agosto no Teatro Unimed, em São Paulo. Apesar de sugerir um adeus, o título é, na verdade, uma brincadeira com o prazo de validade imposto a bailarinos e a pressão exercida sobre eles para colocar um ponto final na carreira.

"Como fiz um espetáculo de despedida em Londres, ouvi do pessoal no Brasil que precisava fazer algo do tipo aqui", explica. Naquela ocasião, Soares dançou o papel-título de *Onegin*, coreografia de John Cranko (1927-1973) inspirada no romance de Alexander Pushkin (1799-1837). É uma obra narrativa, de longa duração, bem diferente da proposta do novo trabalho, construído a partir do balé, mas com aceno a outras técnicas, como as danças urbanas, o tango e o samba.

As escolhas são uma referência à biografia do bailarino. Seu primeiro contato com a dança, na adolescência, foi por meio da *break dance* e do *hip-hop*. Por 13 anos, ele protagonizou um dos romances mais comentados do mundo do balé com a argentina Marianela Nuñez, também primeira-bailarina do Royal. Em 2022, estreou no sambódromo como coreógrafo da comissão de frente da Imperatriz Leopoldinense.

> "Nos anos 1980 e 1990, havia um fetiche em torno dos bailarinos russos. Desde os anos 2000, começaram a olhar mais para os latinos", diz ele

Em *Último Ato*, o artista aprofunda um percurso testado em projetos recentes, nos quais desdobra sua atuação para além da interpretação. Da trilha sonora à cenografia, passando pelo figurino, a coreografia e a direção geral, tudo tem a mão de quem pôde acompanhar de perto o trabalho de alguns dos principais responsáveis pela atualização do balé para as novas plateias do século XXI, como Wayne McGregor e Christopher Wheeldon.

Em cena, as vivências dos bastidores na companhia britânica se somam à característica pela qual ganhou fama na Europa: a potência dramática de suas interpretações, o que o fez transitar com desenvoltura entre papéis de príncipes, vilões e personagens abstratos.

É a mesma energia percebida pela imprensa internacional em outros artistas brasileiros. Como são poucas as oportunidades profissionais estáveis no Brasil, eles trilham os passos do carioca e, nas últimas décadas, vêm ocupando lugares de destaque em companhias norte-americanas e europeias.

Um desses nomes é Isabela Coracy, do Ballet Black. Por seu desempenho como Nina Simone, ela ganhou em abril o título de melhor bailarina do Prêmio Olivier, maior honraria das artes cênicas britânicas. Outro é o de Mayara Magri que, no Royal Ballet, destaca-se como primeira-bailarina. Nos Estados Unidos, Jovani Furlan e Daniel Camargo ocupam o mesmo posto, respectivamente, no New York City Ballet e no American Ballet Theater.

LINA NUNES

Último Ato, em cartaz no Teatro Unimed, em São Paulo, acena às danças urbanas, ao tango e ao samba

"Nos anos 1980 e 1990, havia um fetiche em torno dos bailarinos russos. Desde o início dos anos 2000, começaram a olhar mais para os latinos. Vieram o (*cubano*) Carlos Acosta, a Marianela, a (*brasileira*) Roberta Marquez. No Royal, fiz toda a trajetória desde o corpo de baile. Sinto que ajudei a abrir essa porta, mostrando aos bailarinos daqui que é possível chegar lá", diz.

A relação com jovens artistas tem sido uma tônica na nova fase de Soares. Em 2020, ele montou um estúdio de dança no Rio e começou a se aventurar como professor. O contato com a cena de dança carioca também o fez convidar quatro novos talentos para contracenar com ele em *Último Ato*.

Entre 2021 e 2023, esse intercâmbio deu-se, paralelamente, no México, onde se tornou diretor artístico do Ballet de Monterrey. O trabalho exigiu um equilíbrio entre o exercício da criatividade e as demandas de um negócio que, entre a busca por patrocínio e venda de ingressos, precisa garantir recursos para empregar bailarinos e fomentar novas produções. Foi uma oportunidade para pôr em prática o mestrado em gestão cultural feito no King's College de Londres, mesma instituição pela qual recebeu o título *honoris causa* de doutor em Artes.

A experiência gerencial contribui agora para os novos projetos. Após ter estreado como diretor de cinema no curta-metragem *Vermelho Quimera*, apresentado em 2022 no Festival de Cannes, ele se prepara para ver sua história retratada no longa-metragem *Um Lobo Entre os Cisnes*, dirigido por Marcos Schechtman. O filme, com estreia prevista para 2025, conta como o rapaz crescido no subúrbio do Rio tornou-se, com apenas cinco anos de balé, o primeiro brasileiro a conquistar a medalha de ouro no Concurso Internacional do Ballet Bolshoi, na Rússia. •

AFONSINHO
Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Alegrias e tristezas

▶ Na primeira semana dos Jogos, a grande conquista do País coube às ginastas e a grande decepção veio do futebol feminino

Em meio a tantas competições de tantos esportes, duas passagens mexeram profundamente conosco, espectadores brasileiros, no turbilhão da primeira semana de Olimpíada realizada em Paris.

A primeira delas, dolorosa, foi a Seleção feminina, que nos mantinha entusiasmados com a apresentação de um futebol bem orientado.

O jogo inicial terminou com a vitória sobre a Nigéria. Não demorou, no entanto, para que a equipe fosse surpreendida com duas derrotas.

No domingo 28, o Brasil sofreu a primeira delas, no Parc des Princes, para o Japão.

A vitória parecia garantida até os acréscimos do segundo tempo, quando aconteceu a virada japonesa, na partida que terminou em 2 a 1.

Foi estarrecedor ver o desmoronamento de um time que parecia saber conter a pressão da adversária, a seleção japonesa, assim que saiu o gol de empate. Naquele momento, veio à memória a imagem clássica do "castelo de areia".

O descontrole emocional disparou a lembrança de alguns fatos semelhantes já vistos em campo e que nos levam a pensar na instabilidade que temos vivido nesses tempos tensos.

Poucos dias depois, veio a outra derrota, por 2 a 0 para a Espanha, no estádio Matmut Atlantique, com a atacante Marta expulsa ainda no primeiro tempo, depois de uma entrada descontrolada numa adversária.

Del Castillo marcou para as atuais campeãs mundiais aos 22 minutos do segundo tempo. Mas ainda havia mais emoção por vir, já nos acréscimos.

A equipe comandada por Arthur Elias chegou a ficar com nove jogadoras em campo, porque Antônia deixou o campo machucada e todas as substituições já tinham sido feitas. Foi então que Alexia Putellas fez o segundo gol da Espanha.

A partida acabou nos deixando arrasados, sobretudo pela forma como se desenrolou. E tudo fica ainda mais sensível, a esta altura, pelo fato de Marta estar disputando sua última Olimpíada e ter saído de campo aos prantos.

Ainda não perdemos a chance de obter uma medalha porque, no mesmo dia, o resultado do jogo entre Estados Unidos e Austrália acabou classificando a Seleção brasileira na condição de segunda melhor colocada entre as três que disputavam a vaga nas semifinais – pelo critério do saldo de gols.

A dedicação, a garra e a entrega impressionantes das nossas conterrâneas emocionaram todos os que tiveram a oportunidade de acompanhar o jogo.

Espero, agora, que o que vimos em campo, na França, sirva de marco para alguma mudança. Está cada vez mais evidente a necessidade de uma "chacoalhada" radical no nosso futebol.

É impossível, inclusive, não relembrarmos, durante estes Jogos, que o futebol masculino, simplesmente, não foi classificado para estar lá.

No caso do time feminino, que segue em disputa, faz-se urgente e necessário um trabalho que alcance melhor equilíbrio emocional. E o nosso adversário imediato é o tempo: as próximas etapas serão cada vez mais intrincadas.

A segunda passagem carregada de emoção, também radical, mas pelo lado positivo, foi a medalha de bronze alcançada pela equipe feminina de Ginástica Artística.

A explosão de alegria da equipe foi espetacular, a ponto de todos pularem sem parar, instintivamente, num gesto impossível de ser contido.

Outros destaques foram as apresentações de Hugo Calderano no tênis de mesa, num esporte cada vez mais impressionante.

E o momento mais alto astral da Olimpíada fica por conta do boxe feminino. Bia Ferreira, ainda no ringue, depois de vencer e se classificar, deu entrevista com uma autoconfiança a toda prova.

Ela vai encarar a adversária que a derrotou na última disputa dizendo, com a maior tranquilidade: "Vai ter forra, vai dar Brasil"! •

redacao@cartacapital.com.br

Bronze. A emoção das atletas com o pódio foi contagiante

BAPTISTÃO E MIRIAM JESKE/COB

ARTHUR CHIORO

Médico sanitarista e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)

Uma questão de classe

▶ A proximidade das eleições para o Conselho Federal de Medicina torna necessária a reflexão em torno da ética profissional e da guinada conservadora na corporação

A medicina protege e salva vidas, mas pode fazer mal e até matar, já que os instrumentos de que dispõe para cuidar podem provocar efeitos nocivos e não controláveis.

As situações que descrevo a seguir vão além da iatrogenia – patologias provocadas pela prática médica. Elas referem-se à dimensão ética do exercício da profissão.

– Uma médica neurologista raptou um bebê com 4 horas de vida da maternidade do hospital universitário onde leciona. O bebê, felizmente, e para alívio dos pais, foi encontrado pela polícia 11 horas depois.

– Médicos obstetras que atuavam na interrupção legal de gravidez indesejada de criança vítima de violência sexual foram ameaçados por políticos e usuários das redes sociais. Processados, correm o risco de ser impedidos de exercer a profissão.

– Empresários inescrupulosos contrataram atores que se passaram por médicos e pacientes, promovendo na tevê e nas mídias sociais tratamentos sem registro na Anvisa ou eficácia comprovada.

– Na pandemia, médicos prescreveram cloroquina e outras drogas sem evidência científica. Financiados por empresários bolsonaristas, espalharam *fake news* sobre a vacina contra a Covid-19.

– Uma criança precisava receber com urgência transfusão de sangue, mas os pais, por convicções religiosas, tensionaram a equipe médica a não intervir, colocando-a em risco.

– Médico que trabalhava no serviço ocupacional para uma empresa do agro deparou-se com exames periódicos dos empregados com altos índices de produtos cancerígenos de agrotóxicos.

– Uma médica recusou-se a cuidar de pacientes negros ou os tratou com descaso e rispidez. Era essa também a forma pela qual ela se relacionava com os membros da equipe de saúde que são negros.

– Médicos produziram laudos e atestados de óbito falsos e participaram de sessões de tortura na Ditadura, dando lastro aos torturadores na execução de violências físicas e mentais.

São situações que nos instigam a refletir sobre as questões éticas que se colocam na prática médica, a partir de princípios consagrados, como o respeito à autonomia, da não maleficência, de beneficência e da justiça.

Em busca da proteção de médicos e, principalmente, da população, o exercício ético-profissional da medicina é fiscalizado por órgãos públicos.

No Brasil, desde 1951, essa responsabilidade é atribuída, por lei, a uma autarquia federal, o Conselho Federal de Medicina (CFM), que possui o papel de fiscalizar e normatizar a prática médica e é formado por dois médicos (um titular e um suplente) de cada unidade federada, eleitos por seus pares.

Na próxima semana, 514 mil médicos elegerão seus representantes. Desde 2013, quando forças conservadoras passaram a hegemonizar o movimento médico e controlar a maioria das suas entidades, em particular o CFM e os conselhos regionais, o pleito está mais e mais acirrado.

Em cada estado, diversas chapas foram inscritas e proliferam agressões e *fake news*. Mensagens enviadas via impulsionamento conclamam os médicos a não votar em quem, supostamente, fez o "L-13". Até Luciano Hang, o "Veio da Havan", virou cabo eleitoral de uma das chapas.

A pauta de costumes, o conservadorismo, o negacionismo e o ativismo político-partidário escamoteado campeiam na corporação médica, sob a liderança de médicos elitistas, privatistas e que boicotam o SUS.

Como médico e professor de Medicina há 35 anos, sou frequentemente instado a explicar por que parte significativa da "classe médica" assumiu posições tão conservadoras. Tento explicar que se trata de uma questão de classe.

O assalariamento pelas empresas médicas (muitas controladas por médicos) e a ampliação dos postos de trabalho no SUS têm alterado a configuração das relações de trabalho e gerado frustração nos que almejam a dimensão liberal da profissão.

Nada disso diminui a importância dos médicos. Tenho esperança de que minha categoria, tão imprescindível, retomará seu histórico compromisso social. A mobilização e a união dos médicos comprometidos com a democracia é uma realidade.

O ingresso, nas universidades, de alunos oriundos das escolas públicas e pelo sistema de cotas produz mudanças profundas na composição da corporação. Além disso, a formação de médicos de família e comunidade aproxima-os da realidade social e da desigualdade que precisa ser superada.

Quem sabe voltemos, em breve, a contar com um CFM que cumpra seu papel, fundamental para os médicos e, principalmente, para a saúde e a proteção da população. •

redacao@cartacapital.com.br

RAPTISTÃO

PRIVATIZAÇÃO
sabesp
TEM GOSTO DE COLÔNIA!
VENES